



Ata da assembleia municipal de Tondela de dezasseis de novembro de dois mil e quinze

Aos dezasseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze reuniu a assembleia municipal de Tondela no auditório municipal, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos publicitada.

Feita a chamada, cerca das catorze horas e trinta minutos, constatou-se a falta dos seguintes deputados: Sérgio Rodrigues de Sousa, Jorge Manuel Marques, Luís Fernando Pereira e José Hélder Alves.

Os deputados justificaram as faltas, que foram aceites pelo presidente da mesa e consideradas relevadas.

1-Período de antes da Ordem do Dia:

1.1.Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 21 de setembro

Não havendo mais intervenções, a ata de 21 de dezembro foi colocada à votação e foi aprovada por maioria com as abstenções dos deputados: Catarina Homem Ferreira, Jorge Henriques, Diamantino Costa, Sandra Coimbra e Alfredo Cabral, por não terem estado presentes na assembleia de setembro.

1.2.Leitura de expediente geral pela mesa da Assembleia, ao abrigo do número 1 alínea a) do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Foi presente à assembleia: ofício da ANMP, sobre semana europeia de democracia local 2015. Carta do senhor António Ferreira Teles com envio de cópia de ofício



*Alcides
Carlos*

endereçado à União de Freguesias de Tondela e Nandufe, sobre os baldios do Penedo da Moira. E o Jornal Voz das Misericórdias.

1.3.Exposição oral pelos Membros da Assembleia, ao abrigo do número 2 do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Iniciou-se este ponto com as intervenções da bancada da CDU, que declinou.

Seguiu-se as intervenções da bancada do PSD, com o deputado Abílio Rodrigues que começou por fazer uma observação à assembleia da importância sobre a pontualidade e alertou todos os membros para a importância do cumprimento horários estabelecidos para que os membros cumpridores não fossem obrigados a estar à espera. Apelou, igualmente, ao senhor presidente da mesa para o cumprimento dos tempos de intervenção que cada grupo parlamentar dispõe. Continuou com as intervenções escritas. (anexos 1 e 2)

De seguida, foi a vez da deputada Vera Machado. (anexo 3)

O deputado José Manuel Mendes interveio, de seguida. (anexo 4)

Seguidamente, foi a vez do grupo parlamentar do PS, que iniciou as suas intervenções com o deputado Alfredo Cabral, com a intervenção que se transcreve:

“Paris, 13 de novembro de 2015.

De nada valem palavras, já gastas, de repulsa e condenação.

Mais uma vez, o “monstro” esteve perto de nós... mas ele mata todos os dias.

Um “monstro” à imagem dos seus criadores, impregnado de segregação, de exclusão, de vícios e de desilusão. Cobarde, insensível, feroz e maldito.

Enquanto isso, continuamos mergulhados em guerras menores e egoísmos, em negócios e interesses, propositadamente cegos à génese do terror!



Carlos

Enquanto as vítimas forem apenas os inocentes, a história repetir-se-á! Homens e mulheres, jovens e crianças, continuarão a alimentar esta fúria da indiferença pelo ser humano.

Honremos a memória de todos os inculcados, caídos em nome do nada, e que, por isso, merecem a nossa homenagem.

Dediquemos-lhes um minuto de silêncio.

Vive La France!

Assembleia Municipal de Tondela, 16 de novembro de 2015

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista

NOTA: a ser aprovado, deve ser enviado á Embaixada de França e à Assembleia da República Portuguesa”.

Interveio, de seguida a deputada Marta Franco, com a intervenção que se transcreve:

“Exmos. Membros da Mesa

Caros Deputados e restantes presentes

Hoje resolvi trazer a esta assembleia um tema que tem sido debatido aqui algumas vezes e que aparentemente e pelo que li na ata de setembro, recordei o que foi aqui na altura “desmistificado” pelo Sr. Presidente da Câmara. Refiro-me à questão da emigração vs. desemprego.

À data e citando o Sr. Presidente foi afirmado:

“Há pessoas que emigraram mas há mais postos de trabalho criados neste período, do que aqueles que existiam.”

Dito isto apenas quero esclarecer esta Assembleia e os demais que a taxa de desemprego manteve-se efetivamente inalterada nos 11,9% no final do terceiro trimestre deste ano face aos três anteriores. Contudo o país chegou ao final de setembro com menos



5,5 mil pessoas empregadas, segundo indicam os dados revelados pelo Instituto Nacional de Estatística no início de Novembro.

Permitam-me ainda que lhes mostre números mais concretos. Os fluxos mostram que “do 2º para o 3º trimestre de 2015, o número de pessoas que passaram do emprego para o desemprego foi de 95,4 mil e o das que transitaram do emprego para a inatividade (que corresponde a 15 e mais anos) foi de 192,2 mil. O total de pessoas que deixaram de estar empregadas, no espaço de um trimestre, foi, assim, de 287,7 mil”, assinala o INE.

Mais informo esta assembleia que o Governo de Portugal decidiu acabar com o financiamento do Observatório da Emigração (OEm) uma semana depois da divulgação no seu *site* dos números relativos à emigração em 2014, que se manteve nos níveis elevados de 2013. O relatório estava concluído desde Julho mas a sua publicação foi adiada pelo Governo para depois das eleições de Outubro. Mesmo assim, Observatório da Emigração antecipou os números.

Fica à vossa consideração os números revelados por este gabinete.

SLIDES

E para finalizar a minha intervenção deixo-vos com três dos tópicos que podem consultar na página do Partido Socialista e que se referem ao Programa de Governo, apresentado recentemente pelo meu partido.

Pretendemos:

VIRAR A PÁGINA DA AUSTERIDADE, RELANÇAR A ECONOMIA E O EMPREGO

Tornar Portugal:

UM ESTADO FORTE, INTELIGENTE E MODERNO

E acima de TUDO:

PRIORIDADE ÀS PESSOAS

Porque Portugal é feito de pessoas.

Assembleia Municipal de Tondela, 16 de novembro de 2015”



Caral
Fris
Cada

OEm Observatório da Emigração**Quadro 1.3 Estimativa das saídas totais de emigrantes portugueses, 2001-2014**

Ano	Fonte			
	Instituto Nacional de Estatística [A]			Observatório da Emigração [B]
	Total	Permanente	Temporária	
2001	20.223	5.396	14.827	
2002	27.358	8.813	18.545	50.000
2003	27.008	6.687	20.321	60.000
2004	..	6.757	..	70.000
2005	..	636	..	75.000
2006	..	56	..	80.000
2007	..	789	..	90.000
2008	..	20.357	..	85.000
2009	..	16.899	..	75.000
2010	..	2.376	..	70.000
2011	100.978	43.998	56.980	80.000
2012	121.418	51.958	69.460	95.000
2013	128.108	53.786	74.322	110.000
2014	134.624	49.572	85.052	110.000

Atualizado 18 de junho de 2015

Link: <http://observatorioemigracao.pt/np4//1291>

Entre 2011 até final de 2014 saíram do país mais de 350 mil portugueses

Indicadores	Portugal	Três principais países de destino da emigração portuguesa
-------------	----------	---



		Reino Unido	Suíça	Alemanha
Área (1000 km ² , 2013)	91,6	241,9	39,5	348,5
População (milhões, 2013)	10,5	64,1	8,1	80,6
Densidade populacional (pessoas por km ² , 2012)	114,2	264,9	204,5	231,3
População urbana (% do total)	62,3	82,1	73,8	74,9
Crescimento populacional (% anual, 2013)	-0,5	0,6	1,1	0,2
População com 0-14 anos (% do total, 2013)	14,8	17,6	14,8	13,1
População com 65 e mais anos (% do total, 2013)	18,8	17,5	17,7	21,1
Fecundidade total (nascimentos por mulher, 2012)	1,3	1,9	1,5	1,4
População ativa total (milhões, 2013)	5,5	32,6	4,6	41,8
População ativa com ensino superior (% do total, 2011)	18,3	36,7	32,9	27,5
Desemprego total (% da população ativa total, estimativa da OIT, 2012)	15,6	7,9	4,2	5,4
Desemprego de longa duração (% do desemprego total, 2012)	48,7	34,7	34,7	45,2
Desemprego jovem (15-24 anos, estimativa da OIT, 2012)	37,7	21,3	8,4	8,1
PIB (preços correntes, milhares de milhões de dólares, 2013)	220,0	2.521,4	650,4	3.634,8
Crescimento do PIB (% anual, 2013)	-1,4	1,7	1,9	0,4
PIB per capita (preços correntes, milhares de dólares, 2013)	21,0	39,3	80,5	45,1
Taxa de mortalidade infantil (mortes por 1000 nados-vivos, 2013)	3,1	3,9	3,6	3,2
Número médio de anos de escolaridade (2012)	8,2	12,3	12,2	12,9
Índice de desenvolvimento humano (2013)	0,8	0,9	0,9	0,9
Posição no índice de desenvolvimento humano (2013)	41.º	14.º	3.º	6.º

Crescimento populacional negativo, crescimento do PIB negativo e taxa de desemprego alta

Seguidamente, o deputado Joaquim Santos interveio, com a intervenção que se transcreve:

“Senhor presidente da assembleia municipal

Senhor presidente da câmara municipal

Senhores vereadores

Senhores membros da assembleia municipal

Senhores representantes da comunicação social

Senhoras e senhores,



Caral
João
Cados

Naturalmente, falarei hoje da atual situação política e de como chegamos até aqui.

Consequência das eleições de 4 de outubro, os portugueses mostraram uma escolha clara, que apeou do poder uma direita absolutista e demagógica, uma direita mentirosa e que traiu os portugueses – a esmagadora maioria dos portugueses!

Senhor presidente, ouvi, aqui do senhor Abílio Rodrigues intervenções, que se fosse eu a fazê-las, vinha para cá critica-las, pela linguagem que utilizou, mas isso responderei no direito de resposta em defesa da honra do Partido Socialista, de que sou aqui representante. Agora não admito que estejam a comentar enquanto estou a intervir. (O presidente da mesa alertou que não deve haver intervenções sobrepostas, nem diálogos)

Todas as tramas, concertadas com o inquilino de Belém, deram tempo para uma vergonhosa manipulação dos dados estatísticos. Contudo, a máscara caiu. Um crescimento económico nulo, a diminuição de postos de trabalho, os números martelados, a falhada devolução de sobretaxa de IRS, os cofres abarrotados de ilusões e um infundável rol de aldrabices desnudadas.

Recordo parte de intervenção que fiz no passado dia 29 de setembro e que cito:

“No próximo dia 4, abrem-se dois caminhos: um deles, que já conhecemos, conduzirá o nosso país à destruição do que resta do património público e, pior do que isso, ao enterrar do que resta da esperança dos portugueses: a nossa soberania, a nossa educação, a nossa segurança social, a nossa saúde e a nossa justiça. Um outro, em que, aos portugueses, é dada a oportunidade de erguer esforços e construir um país novo, moderno e competitivo, dando espaço à capacidade de uma nação, não pela via da mão de obra barata, mas sim pela qualificação dos nossos jovens, que anteriores governos ousaram preparar!.....” - Fim de citação.

Naquela noite de 4 de outubro, cega, ávida e excedida do seu trauliteirismo, a direita nem se apercebeu que a mais pequena réstia de luz seria suficiente para iluminar 51 meses de profunda escuridão.



Enquanto o rol de personagens desfilava no passeio das vaidades, algumas gotas de chuva foram suficientes para denunciar o *photoshop* eleitoral da maioria, ainda não bateram as doze badaladas.

Depois do conto para crianças adotado por Passos Coelho, “O País das Maravilhas”, Paulo Portas (não lhe escapasse protagonismo) escolheu para epílogo, outra história de encantar - “A Gata Borracheira”.

Tal como Cinderela, deslumbrado em irrevogáveis e cortesãs ostentações, ousou ludibriar os ponteiros do relógio. Sabedora da conivência do mordomo palaciano, a fada-madrinha, irritada, não perdoou – de varinha em riste, um simples passe de magia e o sonho de vidro desfez-se!

Senhoras e senhores deputados,

Com humor ou ironia, mas não encontrei melhor forma de decifrar as vociferações de alguns homúnculos que passaram, estes últimos tempos, numa permanente ofensa às mulheres e homens livres do nosso país.

No dia 4 de outubro, os portugueses escolheram um caminho.

Foi uma escolha, clara, contra a ingloria austeridade e contra a traição a Portugal. Foi uma escolha de esperança!

Dispensaria, até, de tecer considerações sobre gente completamente ressabiada, desnorteada e desesperada.

Mas, em Democracia, não vale tudo. Não vale a loucura de Paulo Rangel, o detergente bucal de Luís Montenegro, a insensatez do derrotado Fernando Negrão, a manha de Paulo Portas e, muito menos, a desavergonhada proposta do ultraliberal Passos Coelho.

Afinal, que maioria inconseguida é esta que diz ter ganho as eleições mas não consegue governar?



*Cláudio
Diniz
Caldas*

Que assolo de patriotismo deu a esta gente que, durante mais de 4 anos, ultrapassou as mais imprevisíveis linhas da decência, destruiu quase tudo que estava ao seu alcance e agora, de joelhos e com romeiras promessas, pede aos mercados que mostrem as garras contra o nosso país, em jeito de vingança?

Que primeiro-ministro, já fora de validade, é este que, depois de a ter ignorado por 13 vezes, implora desesperadamente, uma nova Constituição?

Se ganhou as eleições, para que quer uma nova Constituição?

Enquanto isso, aqueles críticos de Hugo Chávez, aplaudem agora Passos Coelho, nesta sua tentativa de golpe palaciano!

A História é pródiga em coincidências: no dia 27 de fevereiro de 1933, Adolf Hitler ordenou que os nazis incendiassem o Reichstag, porque não controlava a maioria da assembleia alemã.

Incendiado o parlamento, os nazis culparam um militante comunista, Van der Lubbe, de conspirar contra o governo germânico. Era o princípio do holocausto!

Hoje, em jeito do passado, os donos disto tudo, excluem do espectro da legitimidade democrática o BE, o PCP e o PEV (mais tarde seria o PS) não vá o país ficar sem as criancinhas que lhes servirão de repasto!

Insaciável, Passos Coelho cansa-se com aquela treta da maioria negativa, ultrapassando todos limites da decência.

Mas recordemos aquele dia 23 de março de 2011. Isso sim, foi uma coligação negativa; os aliados da direita votaram, juntamente com os agora “*deputados de segunda*” ... derrubando um governo minoritário. As coisas correram-lhe tão bem, que ficou mal habituado.

Desta vez, provou do seu próprio veneno. De aliados, passaram a excluídos e os portugueses, que neles votaram, são classificados como renegados.



O que irá, agora, fazer o mais desejado candidato a reformado deste país?! Aquele estranho ser que nunca teve dúvidas e raramente se engana, que tinha todos os cenários na cabeça e estava preparado para tudo, afinal esqueceu-se que tinha umas férias marcadas na lusa pérola do Atlântico e deixou o país a apodrecer dentro dos cadáveres de um governo que já não é!

Restam-lhe dois cenários possíveis: o primeiro, reservar um lugar na História de Portugal como o mais incapaz de todos os presidentes (porque de incompetência já ninguém o livra); o segundo, de digerir um gigantesco sapo, mas que dará, aos portugueses, a esperança que desejam!

Mas ainda lhe concedemos a única e última oportunidade de, em 10 anos de mandato, ter uma atitude digna – resignar!

Exigimos que respeite os votos dos portugueses.

A esquerda é, agora, o caminho!”

Continuou:

“ Vou agora ser muito breve, mas acho que houve ofensas ao secretário-geral do meu partido que merecem ser rebatidas. Senhor Abílio, já estou habituado que haja muita gente do seu partido preocupado em defender os interesses do Partido Socialista. Não precisamos. Fui apoiante do António José Seguro, mas acima de tudo está o meu país. A linguagem que o senhor utilizou, de chamar “protagonista... arte da traição... ter uma pérfida e cobarde forma de atingir o país...”. É uma linguagem que é inaceitável e se fosse eu a dizê-la o senhor estaria, aqui, a repreender-me. Tenha mais respeito, se faz favor, porque a democracia é isto mesmo. As contas de somar e subtrair já foram aqui evocadas pela Vera. Vão para a escola primária aprendê-las a fazer, porque dois e dois são quatro e não zero como pretendem fazer. Muito obrigado”

Foi a vez, de seguida da bancada do CDS, intervindo o deputado António Dinis.
(anexo 5)



O deputado Abílio Rodrigues interveio, para responder ao deputado Joaquim Santos:

“Estou atónito, porque de duas uma, ou está com problema de amnésia ou precisa que lembremos, aqui, nos últimos quatro anos as vezes em que foram proferidas palavras odiosas, vergonhosas e ofensivas que tentaram denegrir a imagem do primeiro-ministro que tirou Portugal da bancarrota e que teve apenas na sua mente os superiores interesses de Portugal. É justo que neste momento, em nome da verdadeira democracia, sermos nós agora e nesta casa a manifestarmo-nos contra aqueles que querem destruir o nosso país. Espero apenas que aqueles que não gostarem ou aceitarem as nossas intervenções tenham a mesma paciência e o mesmo comportamento que tivemos nos últimos quatro anos. Para além do primeiro-ministro, tem por feitio, não quero dizer que o faça por maldade, ofender permanentemente a nós todos. Não há ninguém que saia ileso. Agora por vir falar aquilo que sinceramente penso, diz que estou a ser ofensivo para o PS. Não retiro uma vírgula daquilo que disse, porque é o que sinto. Como quando cá vem, diz aquilo que sente.”

A deputada Cristiana Ferreira continuou:

“Senhor presidente da assembleia municipal, senhor presidente da câmara, restante mesa e demais membros desta assembleia municipal.

Por uma ocasião tive necessidade de responder ao senhor membro da assembleia municipal, deputado Joaquim Santos, a propósito da questão da água de uma forma reiterada, trazia, aqui, esse tema. A uma dada altura, tive necessidade de responder que julgo que a mensagem política e institucional que, a este propósito, todos nós temos de reconhecer que o senhor presidente da câmara, aqui, tem trazido, é uma mensagem de clarificação, no sentido que se aguarde a tramitação de todo o processo em curso, não só das entidades, o que inclui naturalmente neste momento o regulamento. Julgo que se aguarde, após o envio por parte do município de todos os contributos, nomeadamente do MUAP que, a este propósito o município teve deles conhecimento, e que depois deste envio aguarde o parecer que se afigure necessário da DGAL, a propósito da legitimidade



Alfredo Cabral
Jos Cados

para a votação do referido regulamento. Esta temática, é hoje, aqui trazida pelo membro Eng.º Dinis e quando estava a falar só me recordava um slogan, que também é de uma marca de água, que é “Tão natural como a sua sede”. Há coisas que ditas por parte deste membro da assembleia municipal, não são naturais. Da mesma forma, como retomo da argumentação política que muitas vezes é aqui trazida, desvia aquele que é o verdadeiro enfoco que permanece nesta matéria, que é de clarificação. Aguardemos com serenidade que esta mesma situação seja esclarecida pelos tribunais.”

Os deputados Joaquim Santos e António Dinis solicitaram para intervir, em defesa da honra. O presidente da mesa informou que não foi posta em causa a honra e de acordo com o regimento o tempo de intervenção tinha esgotado pelo que não poderiam fazê-lo.

Seguidamente, foi colocado à votação o voto de pesar apresentado pelo deputado Abílio Rodrigues, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

De seguida, foi colocado à votação o voto de pesar apresentado pelo deputado Alfredo Cabral, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Dando cumprimento aos votos de pesar foi igualmente prestado um minuto de silêncio pelas vítimas dos atentados de Paris ocorridos a 13 de novembro.

2-Período da Ordem do Dia:

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

O presidente da mesa deu a palavra ao senhor presidente da câmara:

“Boa tarde senhor presidente da mesa da assembleia, restantes membros da mesa, senhores membros da assembleia, comunicação social, minha senhoras, meus senhores.



Caral
Jm
Cados

Queria juntar alguma análise da atividade da câmara com algumas questões que, no período antes da ordem do dia, foram mais focadas na avaliação da atividade autárquica.

Em primeiro lugar, julgo que, por uma questão de consciência, de valores éticos e de valores solidários que nenhum de nós, e em particular o presidente da câmara, se sente indiferente aos atentados da passada sexta-feira. Verdadeiramente, não é um atentado contra os franceses. É um atentado contra a liberdade. Julgo que ninguém no mundo ocidental pode estar sossegado, pode estar sem se inquietar, quando se vive um período como este. Não se tratam de questões religiosas. Não se tratam de questões éticas. Não se tratam de questões sociais. Trata-se simplesmente de terrorismo. E quando assim é, julgo que todos os países tem a obrigação na defesa de um estado e de um mundo de direito em se unirem para encontrarem medidas e soluções capazes de dar tranquilidade, paz e liberdade, valores mais nobres que a nossa sociedade humanista pode ter.

Foram tecidas algumas questões de natureza mais política, que pelas razões que exerço neste Fórum, julgo não dever comentar. Mas há duas ou três questões, que já não tem esse quadro e que julgo serem matéria de reflexão. Em primeiro lugar, e referindo a Marta numa intervenção tida na última assembleia e onde hoje quis dizer-nos que de 2011 a 2014 houve 350 mil portugueses que deixaram o país. Esse exercício naturalmente para poder ser mais completo carecia ter um período de comparação próximo, por exemplo 2008 a 2011, para percebermos qual foi a evolução nessa circunstância. Sempre, aqui, disse que nós temos sempre, e todos os anos, portugueses que emigram e que o saldo global final deste período de 2011 a 2015 comparado com quadriénios anteriores representará mais quarenta mil pessoas que saíram do país. Parece que vamos continuar a ter avaliação do passado e do presente. Aliás as diferentes intervenções aqui tidas, levam-nos a ter precisamente este enfoque. Virámos a página da austeridade, queremos o crescimento pela economia e pelo consumo. Foi aqui dito hoje este princípio e esse objetivo. Julgo que nenhum de nós, nenhum governante gosta de ter a austeridade como um princípio em si próprio. Julgo que também, que num bom exercício de consciência, ninguém deve ignorar que Portugal viveu um período excecionalmente retrativo por força



Carlos
Im
Carlos

de um plano de austeridade. Julgo que a bem da verdade, ninguém o ignorará. Hoje, quem quer ser poder, o negociou e quem deixará de ser poder, teve de o aceitar. Isto leva-me a fazer uma pergunta: “a escolha de 4 de outubro foi clara?”. Eu diria que foi muito clara. Essa escolha teve perante os portugueses uma opção simples que era saber se queriam manter um plano de crescimento dentro das possibilidades, se era possível manter esta estratégia de credibilidade externa, de reforço da nossa independência política ou se queríamos virar a página, rasgar os acordos, os tratados internacionais e se, por ventura, queríamos avançar para um modelo de renegociações de tudo. Essa foi a pergunta que esteve em cima da mesa. A essa pergunta os portugueses responderam que maioritariamente entendiam que o caminho a seguir era um caminho que com muita dificuldade estava a produzir os seus efeitos. Quero com isto dizer que, para mim, não há votos de primeira e votos de segunda. Todos os votos são legítimos em democracia. Todos os partidos tem legitimidade em se organizarem-se, em se constituírem como blocos. O que a bem da verdade e da democracia deve existir, é que antes de as pessoas votarem saibam em que estão a votar. É aqui que falha este processo, porque aqueles que hoje se coligaram em primeiro lugar e tão só para impedir que este governo eleito pudesse desenvolver o seu programa de governo, não têm verdadeiramente um plano de governo consistente e coeso. Mas respeito essas opções. Antevejo sim, para o nosso país, um ano parado, mas não sou comentador nem analista político. À pergunta que aqui é feita e à afirmação que a escolha de 4 de outubro foi bem clara, sou o primeiro a concordar que foi bem clara.

O senhor deputado Dinis trouxe um conjunto de questões que se percebe que deve estar enganado no calendário eleitoral, porque a campanha para as autárquicas ainda não começou. Percebo a ansiedade. Percebo alguma excitação de momento, mas como todas as excitações prematuras acabam por sair mal. Nessa matéria é bom precisar e sermos claros. Prefiro manter-me fiel aos meus valores que embarcar em populismo fácil. “Ficamos a saber que caiu a máscara ao presidente da câmara no processo da água, quando questionado na última assembleia municipal, sobre quais os contributos que o município havia feito sobre o regulamento da água. O presidente respondeu: àqueles contributos nenhum.” Será que o presidente da câmara não esteve um fórum, antes, onde



*Cláudio
F. S.
Caldas*

pode participar? Claro que teve. Mas é bom ficarmos a saber que o deputado Dinis concorda com todos os princípios que estão vertidos no documento do MUAP. Quer dizer que defende que a ligação à rede pública de água não é uma obrigação, mas um direito. Estarei atento, para também saber onde estão os interesses instalados. Reafirmo aquilo que sempre aqui disse, o presidente do município convidou, à época, a administração das Águas do Planalto para que explicassem, nesta assembleia, aquilo que para mim é parte necessária que todos possamos perceber, que é o modelo de funcionamento desse contrato. Ainda acreditava e acredito de que o espírito aberto é um espírito que acredita na pedagogia e na capacidade de perceção e que não vê aquilo que é mais interessante ver. Essa explicação que foi aqui feita, demonstrou que está por detrás desta concessão um modelo financeiro equiparado a uma PPP. Que teve no arranque um financiamento, que tem taxas de rentabilidade e que ao longo dos anos vai gerar lucros para compensar o investimento de partida, que rondou os quarenta milhões. Ficou explicado qual era o montante do resgate desta operação. É bom atendermos que as ultimas notícias, que alguns gostam de refletir nas redes sociais, deveriam ser cuidadosas na forma como o colocam. O resgate ocorrido em Barcelos tem um número, são mais de oitenta milhões de euros. A renegociação em Paços de Ferreira é de trinta e cinco milhões de euros. Quer isto dizer que o presidente da câmara já o disse várias vezes que o caminho que nos assiste é simples: em primeiro lugar esperar que as instâncias que têm de se pronunciar acerca de documentos que lhes foram enviados para avaliar da legalidade da renegociação feita em 2007, respondam com urgência. Reitero este pedido. Enquanto nós não tivermos esta questão clarificada, somos incapazes de tomar outra decisão. Mas, também, já o disse que após esta clarificação, teremos todos de saber quais são as implicações das opções políticas que podemos fazer. Que ninguém pense que se rasga um acordo desta natureza sem ter implicações. Poderemos ser chamados a uma renegociação que dilua num período mais suave os encargos que hoje são tão intensos. Isto é realidade, não é demagogia. A demagogia vai ao ponto de perguntar pelos apoios às famílias mais carenciadas e numerosas, como se não soubesse a resposta, porque já lhe foi dita. Já expliquei, aqui, que o regulamento que nós apresentamos para a atribuição de apoios, quer para famílias numerosas quer para famílias carenciadas, esbarrou num entrave processual. Entendemos



nós que o caminho para aplicar estas tarifas sociais e apoios carecem de ter em primeiro lugar um regulamento de serviços. Ficámos a saber, que o senhor deputado, com o seu contributo muito robusto, ajudou nessa perspetiva a defender que enquanto não há regulamento de serviço não se podem aplicar tarifas sociais. Também é um grande responsável por essa matéria. Por essa razão, sou eu que lhe digo, deve pedir desculpa aos Tondelenses por não ser possível, ainda, aplicar as tarifas sociais, na medida em que o impedimento resulta de não existir um regulamento de serviços. Sempre disse que não era para branquear nada e o preambulo é bem claro do ponto de vista político, não serve para branquear nenhum acordo, mas é tão só para responder a uma solicitação da ERSAR. A Associação de Municípios remeteu à ERSAR todos os documentos conhecidos, o documento produzido pelo MUAP e o documento produzido pela Associação de Municípios, para que a ERSAR se pronuncie acerca da legalidade, legitimidade dos instrumentos em causa, isto é do regulamento de serviços. Entendeu a ERSAR solicitar parecer à Direção Geral da Administração Local acerca da natureza de qual é o órgão competente para essa pronuncia, se a assembleia intermunicipal da Associação de Municípios ou se as assembleias municipais. O que é um facto é que estamos há um ano neste impasse. O que é um facto é que hoje poderíamos ter aplicado as tarifas sociais e não as temos ainda em vigor enquanto não temos um regulamento de serviços.

Percebo a questão “das trapalhadas” a que se refere, deve estar a referir-se ao período em que não foi possível implementar o Siadap de 2013 e 2014, porque no primeiro semestre de 2013, era vereador dos recursos humanos não o implementou. Sobre as questões financeiras, senhor membro da assembleia, esteja sossegado, porque o presidente do município está em perfeitas condições para fazer o julgamento que há-de ser feito em 2017 e estará em perfeitas condições para comparar aquilo que o senhor desejar comparar. Gostaria que nos ajudasse, com essa vontade tão animada que está a ter, a identificar quais são essas aldeias e lugares deixados ao abandono. Gosto desses chavões, principalmente quando sabemos que os instrumentos que estão hoje ao nosso dispor no domínio da rede viária não são aqueles que existiam há cinco ou seis anos, mas como sei que normalmente exerce sempre essas comparações com carácter profundo de justiça, sei claramente que irá encontrar as razões para esse abandono, como se refere.



*Alcides
Ferreira
Caldas*

Não tenha a esperança que em 2017, o orçamento irá prometer tudo a todos. Provavelmente teria a expectativa que assim fosse. Percebo porquê. Mas do meu lado não lhe vou conseguir dar esse prazer, porque aquilo que é possível fazer, colocamos no orçamento e o que não é possível fazer, explicamos porque é que não se consegue fazer. As opções que fazemos também são devidamente fundamentadas. Registo o forte contributo para o desenvolvimento do concelho”.

Continuou com a intervenção escrita. (anexo 6 e 7) e de seguida passou à visualização em imagem, com explicação das atividades da câmara desenvolvidas no período que decorreu entre a assembleia municipal de setembro e a de novembro.

Os deputados Cristiana Ferreira e Isaac Almeida ausentaram-se da assembleia, tendo justificado a saída.

Os trabalhos continuaram, com a intervenção do deputado Joaquim Santos:

“Senhor presidente.

Foi, aqui, levantada a questão da água a que o senhor respondeu. Disse que a tarifa social carece de um regulamento. Regulamento que veio a esta assembleia e que o senhor acabou por retirar e ainda bem que o fez. Queria que o senhor me dissesse de quem é a culpa de não existir esse regulamento? Também disse que há mais de um ano que a ERSAR terá enviado para a DGAL um pedido de parecer sobre a legitimidade da aprovação desse mesmo regulamento. Há aqui algo que não está bem. Tenho na minha mão um documento em que a ERSAR, quando questionada pelo Partido Socialista de Tondela sobre a legitimidade desse regulamento ser aprovado em assembleia geral da AMRPB disseram que tinham enviado à AMRPB algumas questões a pedir esclarecimentos sobre isso. Isto não aconteceu há um ano, mas há cerca de três meses. Também lhe posso dizer, que na passada semana, foi enviada uma nova pergunta à ERSAR quando é que respondiam e se já tinham ou não obtido a resposta da AMRPB.

Senhor presidente, está ou não interessado em ser uma solução para a situação da água em Tondela? Recordo-lhe o seguinte: nunca o Partido Socialista nem o MUAP



*Carlos
Ferreira
Carlos*

pediram a alguém para rasgar contratos, foi sempre feito um trabalho no pressuposto em que a adenda de 2007 teria sido ilegal.

Acerca da negociação de Paços de Ferreira, foram 35 milhões de euros, mas foi por iniciativa da câmara municipal. Obviamente, que o concelho de Paços de Ferreira é capaz de ser tão grande como os cinco municípios que englobam as áreas geográficas das Águas do Planalto. Mas chegaram a um acordo. Aqui, nunca se tentou chegar a um acordo. Quando se fala em 40 milhões, foi o resultado de uma auditoria a qual a AMRPB teve dinheiro, custou 80 mil euros, já disse na última assembleia e o senhor disse que não, mas foi a informação do senhor presidente da AMRPB. Disse que não tinha dinheiro para pagar uma equipa de advogados competente, mas deu 80 mil euros a uma entidade que fez uma auditoria que nem sequer soube avaliar se a fórmula do cálculo do preço da água está mal ou bem calculada e apenas disse se querem tem de dispor de 40 milhões de euros. Esse não é o caminho. Essa não é a solução. Quando pergunto se está ou não interessado em tentar resolver o problema da água, pode ser parte da solução.

Tenho, aqui, um despacho da Procuradoria-Geral da Republica de Coimbra que diz: “Foram ouvidos os presidentes das câmaras em causa, que foram unanimes quando afirmaram que a competência de tais municípios em matéria de exploração de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água para o consumo público foi transferida para a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão”. Fiz em tempos um requerimento a esta assembleia municipal e os documentos que encontraram, não há um que taxativamente transfira esses poderes. Pelo contrário, há declarações de atas da câmara municipal onde o então presidente da câmara diz claramente que as taxas serão sempre aprovadas em assembleia municipal. Quero saber, senhor presidente se foi ou não ouvido? Se foi isto que disse à senhora Procuradora Geral da Republica de Coimbra? Não basta dizer, tem que se provar. Posso, também anunciar para aqueles que não sabem, que o MUAP fez neste momento uma participação para a secção do Porto, que está acima da Procuradoria-Geral da Republica de Coimbra, porque não percebemos porque é que este assunto foi parar a Coimbra quando só um município pertence a Coimbra e os outros quatros pertencem a Viseu, e quando esta primeira participação foi feita por uma pessoa



e não pelo MUAP, não percebemos porque foi transferido para Coimbra, um dia talvez saibamos porque o foi.

Por último, queria só referir duas intervenções. Responder ao senhor deputado Abílio Rodrigues, o senhor disse aqui uma afirmação que considero muito grave, quando disse se ao António Costa faltasse ou fizesse falta um Partido de Extrema Direita, também iria buscá-lo para conseguir uma maioria. O senhor já fala como se estivesse na oposição e ainda bem. Só lhe quero dizer não sei em quem vota a Extrema Direita mas certamente que no PS, no Bloco de Esquerda, no PEV e no PCP não devem votar. Penso que estamos entendidos. Quanto á Vera, não me vou pronunciar soube a frase que “roubou” à Líder do Bloco de Esquerda sobre o PREC, a não ser que PREC queira dizer processo reacionário em curso. Quanto a Pedro Passos Coelho abandonar o país, é pena, porque ele havia de comer do próprio veneno, era ouvir o conselho dele próprio e fazer aquilo que milhares de jovens tiveram de fazer e outros menos jovens, abandonar o país. Quanto às insinuações que fez em relação ao voto do Partido Socialista aquando do empréstimo da câmara municipal de Tondela, não deveria ter ido tão longe e não deveria evocar uma das razões que para mim é menos fundamental e que até dou de barato, que é haver a possibilidade de interpretação do Tribunal de Contas de alguma promiscuidade ao interesse entre o senhor presidente da câmara municipal e o senhor presidente da assembleia geral do clube, mas reservo-me para mais tarde, porque iremos falar sobre isso. Muito obrigado”

De seguida, a deputada Vera Machado interveio:

“Senhor presidente da mesa.

Neste ponto relativo à atividade da câmara, esperei do deputado António Dinis propostas de atividades da câmara, propostas de soluções para os problemas reais. Entretanto apercebi-me que não houve. Aquilo que quero dizer é que muitas das vezes a sofreguidão é inimiga da razão. Este estado de alma de estar permanentemente atacar a câmara municipal, além de parecer um disco riscado e causar a todos os deputados presentes muitas das vezes sonolência, por falta de inovação no discurso, transporta o



Cleod
Caldas

partido que representa para um patamar da ficção. O PSD sempre se pautou pela crítica construtiva, de argumentação, apresentação de propostas contraditórias ou não para o desenvolvimento do concelho. Este registo da crítica fácil não é de todo de dirigentes que querem tomar os destinos do concelho, talvez por isso em 2017 iremos encontrar-nos nas freguesias a avaliar e a observar os investimentos apontando soluções e fazendo opções e aí os eleitores perceberão e decidirão porque é que há partidos em funções executivas e há outros que se ajustam ao papel demagógico de participar em assembleias, branqueando muitas das vezes factos e nunca apresentado soluções para os problemas reais das populações”.

O deputado António Dinis tomou da palavra:

“Senhor presidente.

Aproveito esta oportunidade para responder a algumas questões que foram ditas nos pontos anteriores, nomeadamente à Cristiana. Esta tem sido a minha batalha, de há uns tempos atrás que me associei a este conjunto de intenções de tentar defender a postura do MUAP, nunca em contrário às decisões dos Tribunais. Isto vem a propósito daquilo que o senhor presidente aqui disse, deu a ideia de que a culpa de não ter sido aprovado o regulamento foi do CDS e do PS. Senhor presidente, se fala de demagogia, não sei o que o PSD pensa disto, mas quem retirou o documento da ordem de trabalhos foi o CDS? Até dá a ideia que foi, nós somos três elementos nesta assembleia. Nós é que decidimos algo sobre estas matérias? Se corre mal a culpa é do CDS? O senhor presidente disse que o CDS deveria pedir desculpas. De quê? Se estiverem lembrados, alertei vários aspetos, nomeadamente o aspeto burocrático e disse que os senhores presidentes deveriam colaborar nesta matéria. Se este não é um contributo do CDS, não sei o que querem que faça. Esta é que é a demagogia fácil, senhor presidente. Não me vejo em maioria, deve estar equivocado, portanto é fácil empurrar para os outros as nossas próprias incompetências. Sobre esta matéria ficarei por aqui, tanto mais que só soube que havia constrangimentos legais, ditos pelo senhor presidente na comunicação social. Nem tinha noção deste facto, por isso coloquei um conjunto de questões sobre qual era o andamento deste processo. Já percebi que não há andamento.



Caral
João
Caral

Sobre o SIADAP. O senhor presidente disse que em 2013 tinha esta competência. Houve uma norma que disse que em 2012 e 2013 eram feitos em conjunto. Não está bem informado. Se me fui embora em junho de 2013, como é que fazia a avaliação de 2012 e 2013 não estando na câmara? Não percebo, está muito mal informado. Quando disse o que disse, disse-o em consciência. Deve informar-se, esta é a verdade.

Não respondeu à questão do desempenho financeiro. Percebi porquê, porque faço a comparação, não por futurologia. Os eleitores irão decidir. Já que estamos na oposição, fazemos o nosso papel. Desagradável certamente nalguns pontos, mas é para aquilo por que nos elegeram para defender. Elegeram a maioria que está cá para aprovar e a oposição para levantar questões e defender outras posições caso assim o entendam. Não percebo porque ficam incomodados por defendermos outras posições. Vera, este é o papel da oposição. Disse, em tempos, que até setembro “enterrava o machado de guerra”, porque estávamos em coligação, agora tenho de levantar um conjunto de questões, que vou continuar a fazer.

O senhor presidente da câmara associou-me à questão do empréstimo. O CDS votou favoravelmente o empréstimo, se estão bem lembrados. No entanto, coloquei quatro pressupostos que infelizmente nenhum deles foi verificado, que deveriam na nossa perspetiva ter sido salvaguardados no interesse coletivo. No ponto das GOP's irei relembrar esta posição.

Finalmente, a questão do populismo. Acho que depois do que aqui disse, devemos ter alguma consciência de que a oposição está cá para levantar um conjunto de questões, quer nós quer o PS, às vezes se calhar exageramos um pouco no tom, admito, não tem a ver com excitação pré-eleitoral, ainda falta muito, tem apenas a ver com a comparação de mandatos anteriores. Permitam-me que faça essa comparação, porque não o hei-de fazer, estive também nesses executivos de mandatos anteriores, posso fazê-lo e tenho esse direito. Estamos cá todos para fazer essa avaliação. Quando o faço, estou em plena consciência naquilo que faço e não foi rebatido nenhum aspeto daquilo que aqui referi. A Vera veio para aqui falar em “sonolência, por falta de inovação no discurso”, trouxe, aqui, aspetos que são evidentes, não inventei nada. O papel demagógico não é esse, está




profundamente enganada. Esse tipo de considerações são evitáveis, também não as faço. Muito obrigado”

O deputado António Ferreira interveio, de seguida:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, restantes mesa, senhores deputados.

Falou, nas atividades da câmara, do processo de água e saneamento ao Caramulo. Quero disponibilizar-me para ajudar na retificação de alguns aspetos do projeto, para que se consiga normalizar tudo. Na questão das valas, como já vimos no local, com a maior brevidade devem ser intervencionadas, antes que venha chuva. Muito obrigado”

Seguidamente, o senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“Começaria pelo Ferreira. Como é sabido e o disse ao senhor presidente da junta, não só rescindimos o contrato existente. Como nesta fase foi perceptível verificar na zona à chegada ao Caramulo do lado direito, onde só se previa a remodelação da rede de água, na inspeção das valas abertas para a água permitiu concluir que também a rede de saneamento é obsoleta e não corresponde aos parâmetros técnicos exigidos, pelo que nós iremos rever o projeto, nessa parte para que o novo concurso possa também incorporar a rede de saneamento. Razão essa para que tenhamos na última reunião de câmara extraordinária reforçado com cem mil euros a dotação orçamental estimada para esse projeto. Aliás as correções do orçamento foram para esta obra e para a zona industrial de Tondela com a nova ampliação que passou de setecentos mil para 1,5 milhões face à evolução de projetos.

Deputado Dinis acho que vamos ter de rever as atas. O presidente da câmara não se referiu ao CDS. Distingo o partido da pessoa. O que está em causa não é verdadeiramente um partido. Segunda questão, o senhor não está nos princípios do MUAP, o senhor aderiu no meio da cruzada. Há diferença entre estar nas convicções e estar nas situações. Efetivamente, o MUAP foi constituído muito antes dessa adesão voluntária. Quero dizer de forma clara e para que não haja dúvidas, o que expliquei foi



*Cláudio
Fis
Cadez*

que os constrangimentos processuais são simples, não tem a ver com a adesão dos presidentes de juntas, qualquer presidente de junta está disponível para colaborar naquilo que sejam os instrumentos necessários para demonstrar que determinada família precisa ou não para chegar a este apoio. O problema é que não chegámos a essa fase. A existência de apoios implica um regulamento de serviços. Este regulamento de serviços, como é sabido desde 2009 deveria ter existido. É por essa razão que quando colocada a questão na assembleia municipal e perante os argumentos produzidos foi o presidente da câmara que tomou a iniciativa de não colocar esse ponto a votação, para se poder clarear qual a esfera e competência onde reside a análise desse assunto. Os cinco municípios que antes de 1996 /1997 transferiram, independentemente do documento de suporte, as competências para a Associações de Municípios no domínio da água, resíduos sólidos urbanos e saneamento. Donde, há entendimentos de que se transferiu a competência de gerir o serviço transferido. Por isso a assembleia intermunicipal da Associação de Municípios aprovou uma proposta de regulamento de serviços tendo por base a matriz que a própria ERSAR construiu. Aliás, do âmbito da investigação, porque tem tempo para isso, verifique também no quadro da ERSAR os regulamentos base que existem quer para gestão de águas residuais, quer para gestão de resíduos. A ERSAR tem regulamentos de serviço base. Foi nesse regulamento de serviço base que se trabalhou. O que a ERSAR solicitou, não há um ano, mas a 1 de julho de 2015 à Associação de Municípios foram esclarecimentos”.

Passou de seguida à leitura de ofício enviado pela ERSAR à Associação de Municípios, que se transcreve:

“Pedido de parecer sobre regulamento de serviço público de distribuição e fornecimento de água aos municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela

Acusamos receção da V/ comunicação datada de 1 de julho e 2015, relativa ao assunto em epígrafe, a qual agradecemos e que mereceu a nossa melhor atenção.



Informamos, no entanto, que durante a análise do V/ pedido de parecer de projeto de regulamento, recebemos nesta entidade um pedido de apreciação idêntico, que nos foi remetido pela Câmara Municipal de Mortágua, e sobre o qual a ERSAR já emitiu o seu parecer.

Atendendo a que se trata de pedidos que versam sobre o mesmo assunto e que, aparentemente, estão em curso processos diversos de aprovação do regulamento de serviço e respetiva discussão pública, consideramos conveniente clarificar, previamente à emissão do nosso parecer, a que entidade ou entidades cabe aprovar e fazer publicar o referido regulamento.

A gestão do serviço público de abastecimento de água na área da Associação de Municípios do Planalto Beirão, que abrange os concelhos de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela está a cargo da Águas do Planalto.

Através do Contrato de Concessão de Exploração dos Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água celebrado em 4 de novembro de 1997 e objeto de aditamento em 13 de dezembro de 2007 foi atribuído à Águas do Planalto, cabendo a esta propor as regras das relações contratuais entre a mesma e os utilizadores do serviço.

Ora, sendo o serviço prestado por uma única entidade gestora em vários municípios, as regras de prestação do serviço aos utilizadores devem ser iguais em todo o território abrangido.

Nestas situações, a ERSAR tem considerado como mais adequada a aprovação de regulamentos municipais idênticos na área de intervenção dos municípios que constituem o sistema intermunicipal, de forma a garantir iguais condições de prestação do serviço a todos os utilizadores abrangidos.

Assim, atendendo a que o projeto de regulamento apresentado por V. Ex. foi aprovado em sessão da Assembleia intermunicipal dessa Associação de Municípios, consideramos ser necessário confirmar se este projeto de



regulamento está articulado com os restantes municípios da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, de modo a garantir a uniformidade de tratamento entre entidade gestora e utilizadores.

Solicitamos, por isso, a V. Ex. que nos esclareça esta questão.

Tendo em conta que a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão submeteu à apreciação da ERSAR o projeto de regulamento do serviço de abastecimento de água (referindo que o mesmo foi aprovado em Assembleia intermunicipal e submetido a consulta pública, como referido supra) importa esclarecer se a Assembleia intermunicipal detém competências legais para aprovar e submeter a consulta pública regulamentos com eficácia externa e, nesse caso, como é que se articulam essas competências com a intervenção dos municípios envolvidos.

Também quanto a esta matéria, agradecemos que V. Ex. nos transmita os esclarecimentos que eventualmente entenda pertinentes.

Mais informamos que o processo de apreciação do projeto de regulamento que nos foi remetido por V. Ex. se encontra suspenso até que sejam remetidos os elementos indicados”.

O presidente da câmara continuou:

“Já se respondeu. A ERSAR diz que perante este impasse iam solicitar à DGAL que esclareça quem é a entidade que tem a competência para aprovar o regulamento de serviço, se a Associação Intermunicipal, se os cinco Municípios cada um por si, sendo verdade que se forem as assembleias municipais o regulamento tem de ser igual, visto ter que ter eficácia em todo o território. O que expliquei foi isto. O que disse foi que o membro da assembleia ao ter colocado as questões como colocou, concordando que o serviço de distribuição de água não é um dever mas é um direito, pelo que penso e vi o deputado António Dinis concorda com esta leitura. A ERSAR que se pronuncie, porque trabalhamos numa matriz de regulamento de serviços que é da ERSAR. Se agora entendem dar outro entendimento acolhendo propostas que ferem este princípio que o digam.



Na última assembleia disse e repito, o custo da auditoria feita pela Deloitte não foi de oitenta mil euros, rondou os trinta e cinco mil euros. Já disse que este estudo apreciou a fórmula de cálculo e em particular a taxa interna de rentabilidade. E já o disse que ele é inconclusivo não é sobre se tem ou não instrumentos para calcular, é que o estudo económico-financeiro feito na operação de concessão de 2007 pressupõe várias variáveis, a variável do TIR é ligeiramente superior ao estimada, o numero de clientes está abaixo do que foi projetado no estudo financeiro e associado a esta candidatura. Isto é: no limite assistiria à empresa o pedido de revisão do contrato se estes consumos se desviassem brutalmente. Acho que se há matéria onde tenho clareza absoluta é esta. Sempre o disse e reafirmo, serei parte da solução, mas não uma solução que possa ser assente em cima de variáveis que hoje desconheço. O que é importante e urgente é que os órgãos judiciais competentes se pronunciem acerca dos factos centrados em 2007, para percebermos qual a estratégia a seguir. Na solução de Paços de Ferreira com o acordo de reequilíbrio financeiro, a autarquia compromete-se a pagar trinta e cinco milhões de euros à concessionária. No nosso caso, o montante financeiro associado a esta operação rondava aquando desta auditoria quarenta milhões de euros, admito que hoje volvido um ano e meio esteja abaixo disto. Se o quisermos fazer, podemos fazê-lo, temos é de tomar as opções políticas. Nenhum de nós propôs esta avaliação às Águas do Planalto sem conhecer em primeiro qual é o desfecho. O pagamento da verba, em Paços de Ferreira, por se tratar de um reequilíbrio financeiro, carece de autorização do fundo de apoio municipal e será objeto de análise de aprovação por parte do Tribunal de Contas e da ERSAR. É um acordo como nós podemos fazer. Este acordo permite reduzir em 90% o tarifário social. As águas de Paços de Ferreira estão mais caras que as nossas e não estou a dizer que as nossas estejam baratas. Serei sempre a solução, mas ela tem de ser ponderada, avaliada nas suas implicações. Julgo que não é possível desenhar uma solução sem conhecer o ponto de partida. Quero esclarecer que o presidente da câmara não foi ouvido pela Procuradoria-Geral da República de Coimbra. O que o presidente da câmara de Tondela dirá é que face a um conjunto de questões formulado pelo MUAP, os processos que foram dirigidos à Procuradoria-Geral da Republica desceram ao Tribunal Administrativo e Fiscal ou de Viseu, visto haver quatro municípios da esfera de Viseu, e



*Cláudio
João
Cade*

um de Coimbra. Questões que se centraram há mais de um ano com a operação de modelo financeiro que lhe estava associado. Daí para cá não conheço o desenvolvimento de nenhuma questão que possa esclarecer em que fase estão as questões formuladas em sede de Procuradora Geral da República sobre a legitimidade do aditamento de 2007. Tenho dito de forma reiterada que é necessário conhecer um desfecho para esta questão. No fim de conhecer este desfecho, de forma responsável com aqueles que querem ser solução desenharemos e avaliaremos os impactos para tomarmos decisões.

Quanto ao SIADAP, não está em causa a Portaria. O SIADAP de 2012, 2013 e daí por diante são agrupados de forma bianual. O processo de 2012/2013 termina mal, porque não iniciou bem. É aí que quem tem responsabilidades tem de as explicar.

O desempenho financeiro do município a todo o momento, nós o avaliaremos, nos indicadores, nos resultados, na capacidade de endividamento, na gestão corrente. Não tenho nenhuma questão que me inquiete nesses domínios. Espero para saber quais são os lugares e freguesias abandonadas. Espero saber, num raciocínio que seja sensato e que seja justo, aquilo que se compara que seja comparável. Quero saber o que hoje era possível fazer diferente, sabendo que não há fundos, nem acesso a financiamento para intervenções em redes viárias. Quero conhecer essas alternativas. Se estiver a tomar opções que não são as melhores, tenho a humildade suficiente para seguir pelos caminhos que sejam melhores que estes. Agora, não aceito jogo de populismo, que é perguntar a um presidente de junta se tinha mais estrada antes do que hoje tem. Esse não é um jogo justo, nem sério. “

O deputado Joaquim Santos interveio:

“Senhor presidente, obrigado pelo seu esclarecimento. Referiu, no documento que leu da ERSAR, que a própria ERSAR refere que competirá aos municípios que integram a área geográfica de abastecimento de água tomar essa decisão. Terá conhecimento ou consciência a ERSAR que a AMRPB é uma entidade muito mais vasta do que a área geográfica das Águas do Planalto? Tenho dúvidas. O senhor disse que tomara conhecer todo o processo; ninguém com certeza conhece todo o processo. Há pessoas que



*Carlos
F. Santos
Caldas*

conhecem mais, outros conhecem menos. Com certeza conheço parte, dado as investigações/perguntas feitas, enquanto PS e MUAP.

O senhor disse que queria fazer parte da solução. Ainda bem que diz com essa segurança que será a solução, mas para isso tem de conhecer todo o processo. O senhor tem que procurar conhecer. Já, aqui o manifestei, que se a câmara municipal, tal como os outros quatro municípios, realmente estivessem interessados em fazer parte da solução que se deveriam disponibilizar para trabalharmos todos em conjunto com uma equipa competente e isenta de advogados, que o MUAP não tem dinheiro para pagar. Sabe porque digo isto? Tenho um parecer que posso facultar, se quiser, da senhora Procuradora de Coimbra em que qualquer leigo que o leia pode rir-se de afirmações que são feitas. Não podemos deixar que o tempo nos ultrapasse apenas porque nós não conseguimos pelos motivos que já expliquei, argumentos técnicos e jurídicos adequados. Independentemente, se foram 80 ou 35 mil euros, que na minha opinião em vão, a AMRPB gastou, porque não gasta em advogados que nos ajude? Estamos a contribuir para todos. Todos ficam satisfeitos. O que está em causa não são os partidos políticos, é defender os interesses do nosso concelho e dos vizinhos. Aproveito para recolher mais um elemento, apresento um requerimento à mesa. (anexo 8) ”

O senhor presidente da mesa colocou de imediato à votação o requerimento apresentado pelo deputado Joaquim Santos, que foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Catarina Ferreira, Vera Machado, Jorge Batista, Abílio Santos, José António Dias, Marta Franco, António Figueiredo, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Veiga, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, José António Dias, António Pereira, Armando Laranjeira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.



*Alcides
F. S.
Caldas*

2.2 Análise discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano civil de dois mil e dezasseis

O senhor presidente da câmara iniciou o ponto com a leitura da nota introdutória do orçamento. De seguida, continuou:

“Este orçamento assenta numa estratégia que não se esgota neste ano. É um orçamento de ciclo que irá permitir a implementação de estratégias diferenciadoras, de projetos a executar ou a lançar em 2016. Temos um orçamento que ronda os 25 milhões de euros, mas que tem muitas das obras estruturais num quadro em que financeiramente se está a definir, porque temos candidaturas efetivadas quer junto das ITI's, que não acolhem investimentos na área da mobilidade e requalificação viária, mas acolhem investimentos no domínio da inclusão, do envelhecimento ativo, da promoção do sucesso educativo. Estas rubricas estão bem claras no nosso orçamento, visto estarem devidamente identificadas. Por outro lado, construímos uma candidatura apresentada a 30 de setembro ao PEDU. A esta candidatura só poderiam aceder municípios com centros qualificados no PROT de média ou grande dimensão. No nosso caso, desta CIM, estão os municípios de Tondela, Mangualde e Viseu. O montante global que está previsto em sede de CCDR para a mobilidade ronda os 145 milhões. Por respeito às instituições e em particular a CCDR e por ainda não ter ocorrido a fase negocial para estabilizar os montantes, não ouvirão o presidente da câmara dizer qual será o montante da candidatura ao PEDU. Mas ao mesmo tempo o nosso orçamento inclui as grandes obras da candidatura ao PEDU, com montantes a definir, mas com estimativa bem clara daquilo que é a nossa ambição e o nosso desejo.

Fizemos um esforço na contenção da despesa corrente. Temos uma receita corrente de 17 331 000€ e temos uma despesa corrente de 14 303 000€. Quer isto dizer que resulta num diferencial entre despesa e receita corrente de 3 milhões, se deduzirmos o montante estimado, por comparação com a média dos anos anteriores, de 1 082 000€ de amortizações, quer dizer que temos praticamente uma margem que está refletida no equilíbrio corrente de 1 944 000€. A nossa poupança em sede de despesa corrente ronda



*Alcides
F. S.
Alcides*

2 milhões de euros. Estamos a deslocar despesa corrente para investimento. Penso que este indicador é um excelente indicador financeiro.

Depois temos a nossa estrutura da despesa de uma forma muito simples. Teremos 1,5 milhões de euros associados a despesas correntes na educação. Investimos 700 mil euros em transportes escolares, em circuitos especiais de transportes escolares, em transportes para portadores de mobilidade condicionada. Isto é garantir coesão social. São números expressivos associados à ação social escolar, ao desenvolvimento das AEC's, ao projeto da fruta escolar, e a projetos educativos como os minis em ação. O montante representa 1,5 milhões de euros. Julgo que o maior investimento que podemos fazer é na educação e na qualificação do nosso território. Este investimento está associado as conquistas na negociação das ITI's. Como sabem a grande discussão que ocorre é que os investimentos públicos em escolas, em equipamentos de cultura ou de saúde não eram aqueles que os municípios desejavam, mas aqueles que as administrações desconcentradas do Estado permitiam ter. É bom saber, para aqueles que acham que não há poder negocial, que conseguimos incluir a requalificação da escola secundária de Tondela, para a qual estão previstos 896 mil euros, assim que abram candidaturas. Incluímos na área da saúde a requalificação da unidade de Campo de Besteiros, com 170 mil euros. E incluímos o único edifício classificado como património de interesse cultural no nosso concelho, a fachada da Igreja Românica de Canas de Santa Maria e áreas envolventes, com cerca de 200 mil euros. Estas são as três obras ditas de mapeamento. Sem prejuízo disso, colocámos outras para uma segunda fase, como seja a requalificação das coberturas em fibrocimento na escola básica de Campo de Besteiros e por força da construção do projeto Centro de Ciência Viva, temos previstos meio milhão de euros para investir da escola básica de Tondela. Associado isto, está previsto no orçamento um investimento que ronda meio milhão de euros para aquisição de viaturas de transporte de crianças. Como sabem a generalidade das freguesias em 2001, à exceção de Mosteirinho e de Silvares tiveram a possibilidade de dispor uma viatura de nove lugares, com a qual foi feita durante estes anos o transporte de crianças quer do 1º ciclo quer do pré-escolar. Em alguns casos, a responsabilidade não é das juntas nem do município a não ser que a distância seja superior a quatro quilómetros. Mas as funções sociais que as freguesias têm vindo a desenvolver



*Carla
Braz
Caldas*

em parceria com o município, levaram a que tenhamos uma rede que é de apoio ao pré-escolar e ao 1º ciclo. Uma viatura atingindo dezasseis anos de idade não pode fazer transporte de crianças, por força da lei. Podem fazer transportes de atividades de apoio culturais, desportivas e sociais. Ora, teremos de forçosamente de reforçar a frota nas freguesias onde há escolas e transporte de crianças, que estimamos em meio milhão de euros. Penso que todos perceberam que teremos de encontrar uma forma de compensação nas freguesias que não existe transporte coletivo de crianças. Temos previsto no quadro das ITI's a promoção de sucesso educativo e um gabinete de intervenção pedagógica, projetos que serão efetivados com recurso a prestação de serviços.

No domínio das despesas correntes, assina-lo a verba em iluminação pública de edifícios, que rondará 50 mil euros e a iluminação pública com 750 mil euros. Isto é muito expressivo. Para as vinte mil lâmpadas que temos no concelho, as cinco a seis mil que estão inativadas representam um esforço muito significativo. Voltar há seis anos atrás implicaria mais um terço de custo. O bom senso não implica estarmos de olhos fechados, implica que possamos analisar o que é dinâmico.

Na área da inclusão social e no âmbito dos centros de animação local, está previsto existirem recursos para estudo, projetos, consultadorias e aquisição de serviços.

No quadro da CIM Viseu Dão Lafões estão previstos mais de 9 milhões para as áreas de educação e ação social, que corresponde praticamente a um quarto dos montantes que estão contratualizados. Não há comparação possível entre os instrumentos financeiros do passado e aquilo que são os desígnios do futuro.

No domínio do PEDU, só é possível ter investimentos em centros urbanos de dimensão classificada no PROT. No caso da zona centro, só são considerados centros urbanos as capitais do concelho. Realço quer isto dizer, que não valerá a pena fazerem de novo o jogo barato de referirem, porque é que há milhões a serem investidos em Tondela em vez de outros centros, com todo o respeito que tenho pelas outras localidades. O PEDU prevê regeneração urbana com requalificação e funcionalização de edifícios. Se um edifício para ser requalificado precisar que seja requalificado o passeio ou revista a



*Claudia
Dinis
Caldas*

infraestrutura, porque não está dimensionada, aí pode haver requalificação. Tivemos de desenhar o nosso plano aceite na ótica de redesenhar a atratividade, a geração de emprego, o empreendedorismo. Para isto a admitir funcionalizar um edifício centrado na área da viticultura, ganhando um espaço ligado ao empreendedorismo e ligado ao setor primário e associado a ele uma área ligada ao enoturismo e à promoção gastronómica. Associado a este projeto inclui-se a requalificação das margens do rio Dinha, porque verdadeiramente a requalificação ambiental está prevista no PEDU e penso ser uma oportunidade de requalificar as margens e criar açudes para a valorização envolvente. Quem não o desejar tem aqui uma boa oportunidade para afirmar a posição, e o membro Dinis já o testemunhou várias vezes ser contra este projeto. Em paralelo, admitimos ainda pegar noutra edifício e convertê-lo numa aceleradora de empresas. Estes projetos estão aqui claros.

No edifício da viticultura e zona ribeirinha temos um investimento de 1 milhão para este edifício e mais 1,3 para a zona envolvente, com projeto incluídos. Na aceleradora de empresas temos previsto 1 milhão. Também abrimos a possibilidade de irmos ao antigo senatório infantil do Caramulo, apesar de não ser projetado financiamento por aqui, mas fruto de um acordo que estamos a estabelecer com a ARS, poder aí instalar um centro de interpretação da instância senatorial.

Os investimentos em sede da ARU tem de ter delimitação definida. Virá oportunamente a esta assembleia a constituição da ARU de Tondela, aprovada em reunião de câmara extraordinária de 12 de novembro que seguirá os passos necessários, discussão pública, negociação com a CCDR e com o IRU. Aqui teremos instrumentos financeiros de apoio à reabilitação urbana, não só para o setor público, mas principalmente para os privados. Os privados poderão aceder a um fundo bonificado, IFRU, financiado pelo BEI e qual o município dará o impulso necessário para permitir este investimento. Temos aberto entre Caramulo e Tondela praticamente mais de 4,5 milhões para investimento privado. Não será por falta de investimento que não poderemos apoiar a regeneração urbana, sabendo contudo que a situação mais crítica está nos senatórios do Caramulo e na sua degradação urbana. Não haveria investimento público para aí, mas haverá através do



IFRU viabilidade dos privados que o desejem poder a vir financiar-se. Também está previsto, para o município, um parque de lazer associado à reabilitação dos viveiros do Caramulo. Aqui tenho o cuidado de dizer que ainda não temos candidatura para este projeto. Terá de ser provavelmente incluído no PROVER.

Ainda no domínio do PEDU, outro grande projeto prende-se com a mobilidade. Na mobilidade, cidades que queiram pedonalizar arruamentos têm luz verde. Dentro da cidade de Tondela, dificilmente encontramos espaços que possam ser pedonalizados. Estamos sim, a apostar em requalificação do centro de coordenação de transportes, como elementos âncora associado a uma nova rede de transportes. Como é sabido o governo da XIX legislatura permitiu que tenha acabado o monopólio dos transportes públicos, hoje cada município se o desejar pode lançar uma concessão da sua rede de transportes, à sua escala ou à escala supramunicipal. Desejamos aprofundar um estudo de mobilidade no concelho que preveja o transporte porta a porta ou o transporte a pedido, que preveja reorientar a rede de transportes público e a criação de alguns circuitos urbanos pendulares principalmente entre a escola secundária, zonas industriais e sede do concelho. Esta rede tem financiamento dentro do PEDU. Não tem a aquisição de viaturas.

Ainda outra obra que está prevista no PEDU, mas não sei bem se a vamos executar é a eficiência energética em piscinas. Todos os municípios da CIM acordaram não abrir investimentos na iluminação pública, porque até 2020 a EDP tem a concessão da iluminação pública e quer compensações indemnizatórias pelas luminárias que sejam removidas e os ganhos que pudessem existir teriam de ser convertidos para uma conta de eficiência energética, por força do acordo de parceria. Quer isto dizer que os municípios da CIM acordaram que a haver eficiência energética seria feita em piscinas. Temo-la cá prevista com 400 mil euros, mas nenhum dos municípios tem estudo de eficiência energética e aceder a estes fundos implica dar dois saltos na escala energética.

No desenvolvimento económico há uma estratégia firme. Iremos promover de forma célere a ampliação das duas zonas industriais. No caso da zona industrial de Tondela trata-se de ampliar a zona industrial para próximo do campo de futebol da Adiça. Esta ampliação prevê uma área de 15 hectares e uma nova entrada na zona industrial. Neste



momento temos pouco espaço disponível pelo que não é possível atrair investimento sem ter resposta para a sua instalação. Para estes alargamentos são necessários adquirir terrenos.

Quer a obra de saneamento ao Caramulo, cujo montante se aproxima dum milhão de euros, quer a ampliação da zona industrial de Tondela é nosso intuito a sua execução virem à assembleia, porque serão apoiadas com financiamento, visto cada uma dela ser superior a 10% do montante de investimento que a lei determina. Nestes dois casos o financiamento não impedirá a apresentação de candidaturas quando os fundos comunitários abrirem.

No domínio das vias municipais, sabendo que estas não terão fundos comunitários, assumimos quer a requalificação de Carvalhal da Mulher a Muna, por estar numa situação difícil de transitar, quer a requalificação da Ribeira à Pedra da Vista em Molelos, tal como uma pequena obra de acesso à igreja de Mosteiro de Fráguas.

No domínio do ambiente, quero destacar a obra “Emissário do Fial” para Caparrosinha. Ainda a lançaremos a concurso este ano. Este emissário terá duas estações elevatórias, iremos desativar a ETAR de Caparrosa e bombear para a de Caparrosinha. O objetivo é ter cada vez menos micro ETAR’s e com capacidade de gestão ir concentrando em equipamentos que nos garantam melhor capacidade de resposta. Prevê-se que a obra vá a concurso por 350 mil euros. Ainda neste domínio, estamos a concluir projeto de saneamento da Valverde e parte da Naia e na Cortiçada iremos desenvolver o projeto de saneamento. Assim que abram fundos comunitários, estamos em condições de lançar candidaturas às obras de Valverde/Naia, Cortiçada e 3ª fase de Molelinhos. Por questões de razoabilidade não vai ser possível fazer obras a povoações com poucas pessoas. Iremos, igualmente, criar condições para fornecer água a Várzea do Homem, que hoje tem um problema que não é possível de ser superado e que tem a ver com arsénio e temos de ir buscar água da uma das extremidades dessa zona.

Quando desenhámos os nossos propósitos para 2013 a 2017, em algumas das nossas povoações previmos pequenas intervenções de proximidade e que todos desejávamos



fazer. É sabido que durante os últimos anos, muitos destes projetos eram financiados com parcerias com a ADICES, através do PRODER. Sei que muitos dos senhores presidentes das juntas têm expectativas, porque são obras de proximidade. Iremos assumir que algumas dessas obras podendo não ser feitas de uma vez só, vão-se iniciar de forma faseada, coerente e articulada, com a elaboração dos respetivos projetos, sabendo que nunca serão financiadas por fundos comunitários.

Julgo ter feito uma contextualização global.”

O membro da assembleia municipal António Figueiredo ausentou-se por motivos pessoais.

Seguidamente, tomou da palavra o deputado Felisberto Figueiredo:

“Boa noite a todos.

Cumprimentos o senhor presidente da assembleia e restantes elementos da mesa.

Senhores membros da assembleia.

De forma global, o documento é coerente relativamente áquilo que podem ser a suas fontes de comparticipação. Pensar implementar tudo com as receitas da câmara, não permitiria ir muito longe, dado os custos de qualquer obra. Registo com agrado a cooperação da câmara com as instituições, em que se vê que é possível, partilhando responsabilidades em termos de poder local e pode central, podermos chegar mais longe e dar melhor qualidade de vida às populações do nosso concelho, por ser a preocupação central de toda a atividade autárquica e política. Registo a colaboração no âmbito da saúde. Sabemos a dificuldade de muitos dos nossos habitantes tem em obter uma consulta médica, nomeadamente nos centros de saúde. Julgo que esta filosofia de criar as unidades de saúde familiar é uma forma de se dar uma melhor resposta, desde que funcionem corretamente. Vejo que existe preocupação da câmara em colaborar e permitir que esta realidade possa ser concretizada no concelho.



Registo, ainda com mais agrado o investimento que se faz nas zonas industriais municipais com a ampliação. São opções legítimas. Em tempos, pensava-se em criação de novos polos. Todos gostamos de ter um polo perto da nossa terra, mas por vezes estas unidades industriais criam problemas em termos de resíduos industriais e com efluentes. Mas o que é certo, é que as unidades industriais geram postos de trabalho, promovem o empreendedorismo e atraem investimento. Através destas três componentes estamos a dar um contributo muito positivo para que o desemprego possa deixar de ser aflição para muitas famílias. E que o empreendedorismo dê a oportunidade a jovens de fazer valer as suas capacidades.

Relativamente às funções sociais na área da educação, nomeadamente os transportes especiais, reforço e aplaudo esta iniciativa.

Regozijo-me, para o futuro, com a projeção que este documento apresenta e dou os parabéns ao senhor presidente da câmara.”

O deputado Joaquim Santos continuou os trabalhos com a intervenção, que se transcreve:

“Senhor Presidente da câmara municipal,

Um ponto prévio falou na sua intervenção a uma junta de freguesia que tinha visto uma alocação a que os transportes públicos seriam da responsabilidade da câmara municipal de Tondela. Se está a referir à União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas não é isto que lá diz. O que diz é que à senhora que se lamentava por não ir buscar o seu filho à porta de casa, é que se criem abrigos, que são da responsabilidade da câmara municipal. A junta de freguesia sabe qual é a responsabilidade dos transportes, assume-os e falo-os.

Senhor presidente da câmara municipal,

Senhores membros da assembleia municipal.



Alves
Bris
Cardes

O Orçamento que nos é colocado para apreciação é, acreditamos, o orçamento possível!

Tal como referi há um ano, e que foi objeto de diferentes interpretações, é um orçamento que reflete “pesadas heranças do passado” e que o futuro nos continuará a reservar.

Em nome do Partido Socialista, tive a antecipada oportunidade, conjuntamente com os outros representantes dos partidos da oposição, de conhecer as suas linhas mestras expostas pelo senhor presidente do município.

Os cerca de 25 milhões de euros que nos propõe para apreciação suportam, provavelmente e apenas, parte da execução do PPI que também estamos a apreciar.

Estes documentos, que determinarão o funcionamento do nosso município durante o próximo ano, encontram-se, no entanto e em nosso entender, feridos de pouca realidade que não podemos deixar de registar.

Mas, antes disso, alguns reparos:

Verificamos que os investimentos de capital continuam em plano inclinado, desequilibrando o nível de desenvolvimento do nosso concelho, em que a parte de leão continua a ser destinada para os mesmas áreas geográficas de sempre, ressalvo que não me estou a referir à sede do Município, contribuindo para uma desigualdade de direitos e qualidade de vida dentro do nosso concelho. Não queremos dizer que, a maioria deles, não sejam fundamentais para as populações abrangidas, mas não podemos fazer notar que o fosso entre os mais favorecidos e os menos favorecidos seja cada vez mais profundo. Não é assim que se constrói a coesão territorial, que é usada como bandeira em momentos circunstanciais.

No PPI, algumas sobras aguardam financiamento do novo quadro comunitário; um quadro comunitário que começa, precocemente, a ficar velho, por incompetência do poder político que nos governou nos últimos anos e que não podemos deixar passar sem censura!



*Cláudio
Braz
Cardoso*

Chegamos, então, à parte mais “ousada” deste PPI – a obra do Estádio João Cardoso.

Recordam-se todos os presentes da posição do Partido Socialista!

Se já era um fardo demasiado pesado para as contas do nosso município, o encargo com o futebol profissional – e repetimos – com o futebol profissional, do Clube Desportivo de Tondela, o chumbo do Tribunal de Contas ao empréstimo, para as obras do estádio João Cardoso, veio complicar este orçamento e não nos venham tentar convencer do contrário!

Pesem todas as tentativas de demonstrar que as contas permanecerão iguais, que os empréstimos têm de se pagar da mesma maneira, independentemente do destino que seja dado ao dinheiro, não podemos ignorar nem deixar passar em claro a carga política que este caso nos merece.

Assumir a responsabilidade de um empréstimo para determinado fim, não é a mesma coisa que assumir a responsabilidade para um fim distinto, e é aqui resistem as nossas convicções.

Bom seria que aqueles que avalizaram uma proposta de financiamento para uma obra que, continuamos a dizer, pesem as considerações do Tribunal de Contas, não seja de interesse público, viessem de novo assumir essa sua responsabilidade e se atravessassem na responsabilização das suas consequências.

Reparem, minhas senhoras e meus senhores, que não nos apraz alguma satisfação com o que aconteceu, mas não abdicamos das nossas razões e fundamentações.

Não podemos permitir que se continue a ignorar a gravidade da situação que nos trouxe até aqui. Exigimos que tudo seja tratado com clareza e transparência.

As razões, ou melhor, a razão mais preocupante que levou o Tribunal de Contas a chumbar o empréstimo, não pode continuar no baú da indiferença. Alertámos, em devida altura e no local próprio e estamos de consciência tranquila, tão tranquila, que não podemos permitir que essa razão seja escamoteada ou omitida.



Não queremos fazer sangue, mas não menosprezem as nossas razões! A melhor forma, a única forma, de resolver um problema, não é fugir dele, mas sim enfrentá-lo e ultrapassá-lo. A posição do PS não pode ser interpretada como fazendo parte do problema, mas sim da solução.

Estamos, é verdade, a fazer política, mas que é a nossa forma de estar – fazer política é falar verdade e assumir consequências, mas também responsabilizar – sejam eles quem forem, estejam eles onde estiverem. Tem sido esta a nossa postura e dela nunca abdicaremos.

Errar é humano, e um erro até pode merecer perdão! Mas quando os erros são calculados, sucessivos ou premeditados, já não são erros, mas ilicitudes que merecem condenação.

Não podemos consentir que se tape o sol com a peneira, ignorando todo um passado que merece a nossa mais dura crítica e condenação, pelos métodos e pela indiferença.

Senhor presidente da câmara, senhoras e senhores membros da assembleia municipal,

Muito mais poderia acrescentar daquilo que me vai na alma, mas estamos aqui para discutir estes dois documentos.

Pelo exposto, fica-nos uma enorme dúvida:

Estaremos nós a apreciar o melhor Orçamento e o melhor Plano de Investimentos para o nosso concelho?

Acreditamos que não!

Estaremos nós a apreciar Orçamento e Plano possíveis para o nosso concelho?

Dentro dos condicionalismos e erros passados, a algumas reservas do futuro, possivelmente talvez!

Somos, incondicionalmente, a favor do desenvolvimento social e económico do nosso concelho.



Somos pela educação, pela cultura, pela saúde, pela coesão territorial, pela ação social, pelo desenvolvimento, pela igualdade de oportunidades, enfim, somos pelas pessoas.

Em resumo:

Os instrumentos que se encontram em discussão são importantes para algumas prioridades do nosso concelho.

As nossas críticas são, neste momento, o melhor contributo que lhes podemos dar. Mas não ficaremos por aqui – os condicionalismos do futuro nos impedem, para já, de ir mais longe!

Por isso, e com o maior sentido de responsabilidade, o nosso voto será de abstenção.

Serve, portanto, de nossa Declaração de Voto”.

Continuou:

“Queria fazer apenas um esclarecimento, espero que nas palavras que disse esteja claro e transparente aquilo que quis dizer e que não se tirem ilações precipitadas. Penso que fui claro e se alguém se sentiu atingido, estou aqui para esclarecer e evitar más interpretações como houve no passado, como por exemplo em relação ao campo de futebol. Pois até se chegou a dizer, que o Partido Socialista tinha colocado uma providência cautelar por causa das obras do estádio, porque as obras nunca mais avançavam. O Partido Socialista fez uma declaração pública e disse que se havia alguma entidade a pronunciar-se sobre as obras seria o Tribunal Contas.

Para terminar, quero só referir à Vera que não vamos levantar muita celeuma acerca desse assunto, porque acho que não é útil para ninguém. É com sentido responsável e queria evitar isso. Como já disse, a menor questão das três razões do chumbo do Tribunal de Contas é aquela que a Vera veio aqui evocar. Para mim é indiferente que o senhor presidente da câmara seja cumulativamente presidente da assembleia geral do clube desportivo, porque segundo dizem é um cargo meramente honorífico e assim o entendo.



Isso é mal menor. O mais grave não está aí, mas foi dito por mim em tempo oportuno. Vamos todos ter consciência, tentar levar este assunto sendo parte da solução, mas não queremos ser responsabilizados daquilo que não temos culpa. Muito obrigado”

O deputado Manuel Veiga interveio:

“Boa tarde.

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho aqui só dar duas ou três notas e relembrar aquilo que foi a proposta de linha para possível empréstimo para o estádio de futebol. Na altura, lembro-me que a estratégia que queria ser imposta, votei contra, porque achei que não deveria haver investimentos no futebol, desde que este não trouxesse mais benefícios para além do que aquilo que era a modalidade. Em seguida, noutra assembleia, foi colocado de outra forma, seriam um pack, não era bem aquela proposta e vinha como um todo, em que havia uma circular e havia também a questão do estádio, que para tudo isto se pediria o empréstimo. Analisando desta forma, tive que me abster, porque duma das partes era contra e da outra era a favor, visto que pretendia desenvolver uma região e não seríamos contra essa posição. Mais uma vez, fundamentando que se o estádio, se o clube trouxesse mais alguma coisa que o futebol, até poderia ser favorável. Como não havia nenhum retorno, acho que é negativo. Qual o meu espanto, quando se vê que o Tribunal de Contas tem a mesma posição. Também, porque é um financiamento exclusivamente para uso de um clube de futebol, que acha que não é o mais correto para financiamento. Logo, este orçamento começa a vir com problemas de trás, já vem beliscado em dois milhões. Faz alguma diferença, porque de repente até se diz que há verbas próprias para fazer esse investimento. Ouve-se várias vezes que não se pode fazer esta ou aquela obra, porque não há financiamento e entretanto vimos que afinal há dois milhões que rapidamente se deslocalizam de um lado para o outro e se pode um empréstimo para outro lado. O que serve em termos de projeção? Houve vários argumentos e de facto a única coisa que serve é que o clube e para o futebol profissional.”

O deputado António Dinis tomou da palavra, de seguida:



*Alcides
CDS*

“Iria começar pela questão do empréstimo, tanto mais que como estão lembrados o CDS votou favoravelmente e evocamos na altura que havia um conjunto de preocupações que queríamos manifestar. A primeira era não comprometer investimento noutras áreas, por isso aceitámos prolongar este investimento em dez anos. Segundo, diligenciar junto da Liga para suspender as exigências em particular à capacidade do estádio. Essa é a grande questão. Posteriormente veio-se a ver que o União da Madeira teve essa exceção e se havia para um tinha que haver para outro. Tanto mais que existem exceções que foram concedidas quando estava na 2ª liga e ainda estão em vigor. Mas não vou começar por aí, porque conheço bem este dossier. Diligenciar para que se não gastasse dinheiro mal gasto, porque se achamos muito bem os investimentos nos estádios aquando do Euro e depois vamos ver qual é a ocupação média, tirando os três grandes. Terceira questão era que o arranque das obras fosse muito rápido, que era para que os jogos com os grandes pudessem ser em casa. Com o Sporting não era possível por se ter realizado em agosto, mas que os outros fossem, porque os jogos com os mais pequenos vejam qual é a assistência. Fazer um estádio de 5 000 para levar 1 000 pessoas. Era outra condição que aqui referi. Finalmente, era que não fosse um investimento para fazer durante um ano, pois se descesse de divisão era uma chatice. Foram as ressalvas que coloquei para o voto favorável. Não vou entrar em considerandos relativamente às questões legais da fundamentação, mas preocupa-me que algumas destas questões se venham agora a verificar que não foram salvaguardadas.

Em relação ao orçamento, o CDS tem defendido e o senhor presidente da câmara já fez, aqui, a referência da zona Ribeirinha em que o CDS é contra. Efetivamente sou, porque acho que é um investimento desnecessário. Dizer agora que está abrangido pelo PEDU, mas a obra já está em orçamento desde 2014, a rubrica está aberta. Já o dissemos nos últimos orçamentos e mantemos a mesma posição. É uma questão de coerência. Em relação a outros investimentos do PEDU, há alguns que acho relevantes, outros questionáveis, mas são opções políticas, temos de as respeitar e o executivo está no seu direito de as fazer.



Nos outros orçamentos já evocámos o que é relacionado com a comparticipação do IRS. Já sei a resposta do senhor presidente da câmara, mas o CDS mantêm a mesma posição. A exemplo do que fazem outros municípios, caso de Viseu, que dá a possibilidade de aliviar um pouco esse peso nos munícipes. A esse propósito, o CDS em Viseu votou contra o orçamento e essa foi uma das argumentações. Aqui o CDS vai-se abster em relação ao orçamento, já o fizemos no passado e portanto a argumentação manter-se-á nesse domínio. A comparticipação do IRS achamos que há condições para o fazer e é o nosso contributo da oposição. O PSD como está em maioria poderá tomar as posições que entender, mas a nós não nos pode criticar por essa posição que mantemos com o nosso eleitorado.

Tenho muitas considerações relativamente a vários projetos. O senhor presidente diz que tenho tempo para estas coisas. Tenho algum tempo e acho que devo ler tudo isto e tenho essa obrigação. Relativamente às transferências para o movimento associativo. Sempre defendi que era importante apoiar o nosso movimento associativo. Houve um incremento em relação a 2015. Gostaria de saber se houve um incremento assim tão grande na atividade associativa que justifique esse aumento, em particular os clubes desportivos. No orçamento de 2015 o valor era de 207 mil. Agora passou para 265 mil. Para além da subida do Tondela, mas sabemos que não o podemos o apoiar por ser um clube profissional, porque estamos impedidos. Tanto mais que me chegam alguns reparos discriminatórios em relação a alguns clubes e associações em comparação a outros.

Quanto às zonas empresariais, estou de acordo. Acho que a dimensão dos terrenos são significativamente grandes. Não sei se não o deveriam fazer por duas fases? Porque estamos a falar de dimensões significativas. Oxalá que tenhamos empresas para os preencher, mas faz-se lembrar o Parque de Bragança que foi projetado para 78 empresa e só tinha uma. Devemos ter o cuidado de fazer as coisas à medida da nossa dimensão e daquilo que são as perspetivas do futuro.

O acesso à Igreja de Mosteiro de Fráguas, Senhor dos Aflitos está aberta rubrica mas não tem nada à frente, se calhar por lapso.



Há um incremento muito grande na FICTON. Vamos fazer a FICTON com o maior valor de sempre.

A questão das Termas de Sangemil. Bem sei que aquando da abertura é sempre dito que o investimento será feito no ano seguinte, mas nunca é. Estou preocupado, porque poderiam ter aproveitado os recursos financeiros que haviam e estavam contratualizados e nada foi feito. Gostava de saber para quando esse investimento. Qual é o balanço financeiro, que prevê para as Termas de Sangemil em 2015 e 2016?

Sobre os PEDU's, de forma genérica, como está a garantia de financiamento?"

O deputado Jorge Henriques continuou os trabalhos:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, caros membros desta Domus.

Ouvi muito atentamente a explanação que o senhor presidente da câmara fez do orçamento e das grandes opções do plano. Queria colocar um enfoque, que o Dr. Felisberto também já o fez, na frontalidade, no rigor e na transparência da apresentação feita. Depois numa outra vertente que me parece muito particular na ousadia. Penso que o conjunto de investimentos, o conjunto de desafios que o senhor presidente nos lança para 2016, é brilhante e tão credível, sustentável em factos de execução financeira, alertando um pouco e como resposta ao meu amigo caro Eng^o António Dinis, se isto não é grande execução financeira, não sei o que é. O anuário se calhar desconhece alguns factos. Isto é que são factos. Parabéns senhor presidente e estou convencido que conseguiremos uma região de bem-estar futuramente. Muito obrigado”

De seguida, a deputada Marina Leitão tomou da palavra:

“Boa tarde a todos.

Estava a ouvir o Jorge e escrevi: “ duas gerações, ele e a minha”. Ouvi e pensei o mesmo, que efetivamente estava perante a apresentação de opções e de um plano de desenvolvimento para o concelho com visão. Para quem foi autarca, como eu tantos anos,



*Alcides
Ferreira
Cardos*

em que as opções eram completamente diferentes, este é um sinal de futuro. É preciso pensarmos que a desertificação que tanto se fala em combater não se resolve tentando que se comece a ter mais filhos. Aquilo que é necessário e julgo que hoje foi transmitido é que se tem de olhar para as pessoas e perceber o que esperam de quem está à frente dos destinos do concelho. Só se vão aqui fixar se tiverem trabalho. A opção do desenvolvimento das zonas industriais é essencial para que se possa criar trabalho. Para famílias que tenham filhos ou pensem vir a tê-los, a educação é outro ponto essencial. Se a educação no concelho de Tondela não for boa, os pais optam por ir viver para outro local, nem que depois se desloquem para cá para trabalharem.

Julgo que foram elencados um conjunto de opções que nos fazem ter esperança no futuro e no concelho de Tondela. Percecionei que as opções são obtidas pelos recursos existentes e para os lugares próprios.

Desde 1974, ando a dar o meu contributo no sistema democrático. Aceito todas as opções. O regime democrático permitiu-nos discutir opiniões diferentes, vemos caminhos diferentes e habituei-me desde sempre a fazê-lo mas com tranquilidade. Se há coisa que me incomoda aqui, é chegar aqui e parece que venho para um ringue de boxe. Acho que é uma imagem péssima daquilo que é a tolerância que tem de existir num sistema democrático. Gostava de fossemos capazes de forma madura, adulta conversar sobre os diversos temas, sobre as diferenças de opinião, porque acho que sairíamos enriquecidos. A partir do momento que se entra na agressividade, na intolerância, acho que todos nós começamos a sentir a fechar-nos e a ficar irritados. Pedia a todos para que na próxima assembleia fizessem um esforço para dizer as mesmas coisas mas de forma tolerante e calma.

Em relação ao estádio não me prenuncio, visto não gostar de futebol, mas nunca ouvi falar tanto em Tondela, como desde que o clube ganhou o campeonato.

Ao Eng.º Dinis quero dizer para pensar na cidade do Porto, em Gaia, nas Docas de Lisboa e veja o que as pessoas que gostam de outro tipo de oferta e preferem. Sou adepta de um desenvolvimento da Zona Ribeirinha. Obrigado. ”



*Leite
Dinis
Cados*

O deputado Arménio Leite Marques interveio, de seguida:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, colegas deputados, senhoras e senhores.

Senhor presidente da câmara lembra-se quando disse que se viesse pedir para o apoiar a pedir dinheiro para futebol, votaria contra e pediria aos colegas para fazer o mesmo. Acho que existe uma grande confusão. Não é assim que se lidera. Não é assim que se trabalha. A assembleia municipal aprovou o empréstimo para fazer uma obra que de todos faz parte. Isto foi um facto. Pelo facto do Tribunal de Contas ter recusado o visto, faz com que haja nova discussão? Fico desgostoso com isto. Senhores deputados, o assunto de futebol encerrou com a votação para o empréstimo, a câmara ficou responsável por gerir de acordo com a nossa votação. A câmara pode recorrer da decisão do Tribunal de Contas e ganhar. Uma coisa foi o empréstimo e outra é a recusa do visto. Esperemos que a câmara municipal recorra. As obras não são para os futebolistas, são de todos nós.

Fico satisfeito com o orçamento. O orçamento atual, senhor Dinis, não tem nada a ver com os orçamentos anteriores, visto anteriormente existirem muitas verbas. Nunca mais irá haver orçamentos como houve, porque as câmaras municipais e o país em geral gastou mais do que aquilo que podia”.

O deputado Manuel Veiga tomou da palavra:

“Boa tarde. Com a devida calma e cordialidade que tenho mantido sempre, porque acho que deve ser esse o princípio. A nossa posição na altura foi que não era correto, porque só desenvolvia a parte do futebol. Disse, aqui, também, que se aquilo que era para ser desenvolvido no estádio tivesse outras coisas de contrapartidas, noutras modalidades, se o Desportivo se comprometesse nesse aspeto, visto ser ele que vai ficar com o direito de usufruto, teria sido muito mais lógico. Venho aqui reafirmar a votação feita anterior, porque não deixa de fazer parte e de entroncar no atual orçamento. Este orçamento passa a estar beliscado pela verba que foi anteriormente pedida, quando agora até dizemos que havia verbas. Continuo e reafirmo a posição da CDU e vamos votar contra este orçamento.”



O deputado Alfredo Cabral interveio:

“Fui muitas vezes desafiado para me filiar nos vários partidos e nunca aceitei. Já agora, obrigado por me ter sido dada liberdade de voto, tinha de o dizer em consciência. Quando ouvi o Joaquim dizer que se iria abster, fiquei um pouco triste, porque se votasse abstenção forçaria a convicção da explanação que o Dr. José António fez. Não nego que poderia ter havido outras opções, que no final, avaliadas poderiam resultar melhor. Por isso o meu respeito por todas as objeções e o contraditório que a oposição aqui faz. Aprendi, do homem do século IV, que dizer o que é que é, é verdade. Dizer do que não é, é um erro. Neste sentido, parece-me que aquilo que foi aqui explanado pelo presidente da câmara, para quem conhece este concelho, agradou-me na fundamentação, na clareza e na autenticidade. Várias vezes ele disse aqui, “correndo riscos com este orçamento”, quem diz isto, avalia com consciência e verdade. Olhando para aquilo que foi dito Eng^o Dinis, até porque o seu partido tem sido parceiro do poder quando o PSD lá está, não sei se o CDS alguma vez lá teria chegado sem a bengala do PSD, poder por poder não presta. Tenho muito medo e auguro que a solução que venha para o país seja ótima para o país, seja de esquerda, seja de direita, aceito jogos de legitimidade no parlamento, agora deve ser bom para o país. Se corre riscos e eles foram ponderados e avaliados, meditem. O paradigma mudou e temos que aceitar para podermos aceitar a razoabilidade à exposição que o senhor presidente fez. Neste sentido vou votar a favor”.

O senhor presidente da câmara explicitou:

“Começaria pelo tempo, o deputado Dinis disse há pouco que tinha pouco tempo. Deve haver algum erro, porque verdadeiramente tem o tempo que todos os outros tem, com um benefício como é unipessoal, o líder parlamentar confunde-se com o deputado.

Julgo que o senhor Arménio com a serenidade do seu pensamento, a solidez da sua experiência e a convicção dos seus argumentos, trouxe uma questão que é importante, temos vários tempos de decisão. Decidimos em abril de 2015, respeitando as opiniões de toda a gente, aprovar uma estratégia, que foi apoiar aqueles investimentos por razões estratégicas para o concelho. Depois, viemos explicar que para concretizar essa estratégia



*Cláudio
Dinis
Caldas*

e porque estávamos a meio do ano de 2015, ou tínhamos que reestruturar profundamente o orçamento, podendo por em causa a evolução de algumas obras ou tínhamos a possibilidade de nos apoiar na figura de empréstimo para aquela obra, tendo chegado à formulação do empréstimo com os montantes 1,4 milhões de euros para apoio à obra e 600 mil euros para acessos envolventes. Foi este o modelo financeiro que nós fizemos, sendo verdade que o investimento da obra do estádio, ronda orçamentalmente 1,7 milhões de euros.

O deputado Veiga dizia que o Tribunal de Contas chumbou o visto, porque era para apoio ao futebol e que não era lícito. Quero lembrar que o acórdão nº 14 do Tribunal de Contas diz: “Os municípios, a administração pública central ou local estão impedidos de apoiar clubes que tenham participações em campeonatos profissionais, salvo se tais apoios se destinarem a obras de beneficiação ou melhoramento das suas infraestruturas”. É o que o Tribunal de Contas diz, construam um contrato de desenvolvimento desportivo e promovam esse apoio à obra. Estes argumentos e cruzando-os com aquilo que o deputado Dinis diz, que em devido tempo todas as preocupações previdentes, dizendo o seguinte: “Porque se está aqui a fazer um investimento desta natureza, quando o União da Madeira não vai fazer investimento?”. Tive o cuidado de explicar a minha opinião. Aceito outras. Na Madeira, um concelho cerca de 500 km², existem três clubes de futebol na primeira liga. Provavelmente se estivéssemos em Tondela com o concelho de Santa Comba Dão e Carregal do Sal, existir um estádio em Tondela, outro no Carregal, outro em Santa Comba e qualificados para a primeira liga, poderia entender-se ser um desperdício. A questão a tomar é se queríamos ou não ter um investimento que proporcione uma infraestrutura qualificada para este fim ou se a única alternativa que há é ir jogar a Aveiro ou a Coimbra, porque são os únicos estádios próximos de Tondela que reúnem condições para estar validados para os jogos da Liga da Zona Nós. Todas as obras que estão a ser feitas, não tem dinheiro mal gasto. Alguém consegue nesta obra identificar investimento que não seja comedido? Os cinco mil lugares eram imposição, no arranque deste projeto da liga. Hoje podem ser ligeiramente menores. Infraestruturas de apoio, baterias sanitárias, postos médicos, resultam de imposições. Aquilo que está a ser feito e o que está planeado é ajustado,



comedido e adequado àquilo que são as exigências mínimas com dignidade que as circunstâncias impõem. O arranque deveria ter sido mais rápido, diz o deputado, algum dia, alguém viu que aquela obra ou outra se tenha realizado com celeridade maior do que esta? Estamos a falar de uma obra que tem dimensão estrutural profunda.

Investimento e depois descida de divisão. Tive o cuidado de dizer que não peçam ao presidente da câmara que não faça esse exercício. Tomamos uma opção estratégica, não nos cabe a nós ter de garantir a permanência do clube na primeira liga. Essa é uma função do clube. Sendo o presidente da câmara e sendo presidente da assembleia do clube, apesar de ser um cargo meramente honorífico, não exerceria nunca qualquer outro poder que não sejam aqueles que legalmente tem enquanto presidente de câmara. É um problema do clube e espero a bem do concelho e de todos nós que o clube possa encontrar forças para se manter na primeira liga.

No fim da obra feita que conclusões a tirar? Aquela infraestrutura será potenciada e desenvolvida através do contrato de desenvolvimento desportivo e haverá recursos para utilização do concelho. Seja para a promoção social, para a dignidade de afirmação externa, seja para a rentabilidade local. Agora, a nossa opção está feita lá atrás. Tendo feito esta opção e estando a reconfigurar o orçamento, nós temos recursos próprios para não precisarmos de empréstimo para a obra.

A pergunta que o deputado Veiga colocou é “Ouve-se dizer que para isto não há dinheiro, para aquilo depende de fundos comunitários”, podemos ir a isso e debater tudo, “e agora faz-se novo empréstimo?”. A capacidade de endividamento dos municípios não é ilimitada. Felizmente que nós estando a pagar cerca de 1,5 milhões de euros de amortização ao ano, estamos com capacidade de endividamento para utilizar 5, 3 milhões. Se tivéssemos contraído este de 2, a nossa capacidade era de 3,3. Se este financiamento não se concretizar, a nossa capacidade é de 5,3. Para concretizarmos o nosso plano de atividades é nosso intuito contrair um empréstimo que irá incorporar vários investimentos, dois deles que vem a esta assembleia, os quais temos intenção de levar a fundos comunitários, rede de águas e esgotos ao Caramulo e Zona Industrial de Tondela. E para aquisição de terrenos, viaturas, estrada Muna – Carvalhal da Mulher, estrada



Ribeira – Molelos, ETAR de Caparrosa, que irão a financiamento, estas obras vamos alavancá-las todas através de empréstimo que rondará 4 milhões de euros. É uma decisão que a câmara ira tomar e que proporá a esta assembleia a aprovação do relatório de adjudicação.

Dr. Felisberto agradeço as referências que fez. Penso que o Dr. Felisberto, a Eng^a Marina e o Dr. Jorge Henriques tocam numa questão que acho que é relevante, tal como o Dr. Alfredo Cabral se posiciona, que é os orçamentos de hoje não são um documento contabilístico puro, tratam-se de documentos estratégicos de desenvolvimento. O caminho que temos á nossa disposição é aquele que queremos escolher com as condicionantes que temos de saber respeitar. Se dizer o que é, é dizer a verdade, é este o caminho que eu seguirei. A verdade com as hesitações associadas, com os riscos inerentes, mas com a firmeza do caminho que queremos fazer é o caminho que proponho. Falácia era colocar no orçamento todos os desejos, todas as vontades, todas as motivações e depois desculparmo-nos com algo. A seriedade é dizer áquilo que é possível fazer e os senhores presidentes de junta sabem que na reunião preparatória que tivemos, expliquei o que é possível ou não fazer. Temos um quadro comunitário que não sei o que vai ser possível fazer, pode haver implicações de aquilo que hoje está acordado poder parar, tanto nas ITI's como no PEDU. Mas tive o cuidado de colocar com rigor aquilo que não está definido a definir.

Deputado Joaquim Santos, “equilíbrio, coesão”, é fazer muitas das obras que aqui estão. A obra “Carvalho da Mulher” onde residem cerca de 40 pessoas, com todo o respeito que temos por elas, com um investimento de 150 ou 200 mil euros, qual é o valor per capita? Temos de ponderar sobre isto. Coesão é garantir a todos iguais oportunidades na proporcionalidade daquilo que os seus territórios permitem. Haverá maior coesão do que investir na educação? Haverá maior repercussão futura do investimento na educação do que garantir a todos iguais oportunidades de formação? Em boa verdade, quer em ações de despesas correntes, quer de investimento, a educação tem mais de 15% do orçamento. Não negocieie o acordo de parceria, se quiserem saber a minha opinião, quando começamos a trabalhar no PEDU, olhei para outros centros urbanos, Caramulo, por



*Cláudio
Ferreira
Cados*

entender que aí está a maior degradação do ponto de vista urbanístico e era nosso desejo dividir recursos para poder alavancar aí mais investimento. O regulamento do acordo de parceria impede de o fazermos. Questões que colocou: “investimento, equilíbrio, investimento de capital”, o capital está equilibrado. “Tem regressão? Tem, a partir do momento que não há fundos comunitários, o investimento de capital está a regredir. Os 25 milhões que este orçamento tem, são os valores definidos. Se o que está a definir se pudesse transpor para definido, teríamos mais 6 milhões a lançar no orçamento.

Queremos atingir no final deste ano um orçamento que tenha taxa de execução que se aproxime dos 85%. Exercer a boa gestão é saber em cada momento aplicar os recursos para tirar proveito deles.

Deputado Dinis, no ponto de aprovação das taxas de IRS falaremos sobre o assunto. Sobre o projeto da Zona Ribeirinha ficamos a saber que é contra, como eu previa, a reabilitação das margens do rio Dinha e desenvolvimento de um polo naquela área. Expliquei que a reabilitação da Zona Ribeirinha está prevista em PEDU. Este não é o projeto que vinha desde 2010 em plano e orçamento? Em 2010 tínhamos a 3ª fase do Parque Urbano. Tínhamos um corredor reciclável que ligaria o Parque Urbano à Zona Ribeirinha. Hoje estamos a falar de margens do rio, regulação de caudal, trabalho de margens, um açude e uma zona para poder coexistir com um espaço de campismo/caravanismo e com a intervenção urbana.

Termas de Sangemil, não é no próximo ano, é quando tiver fundos comunitários disponíveis. Já tive o cuidado de o dizer várias vezes. Não sei quando será, o que sei é que a obra custa, hoje, mais de três milhões de euros. Aquilo que o deputado Dinis se refere, era uma candidatura para intervenções de cosmética onde incluía áreas de arranjos exteriores. Tinha um espaço de piscina exterior e tinha algumas intervenções. O edifício das termas de Sangemil foi construído no mandato de 1985/1989, posto a funcionar no início dos anos 90. Está com vinte e cinco anos e está com problemas estruturais de funcionamento. As termas de Sangemil não se podem fazer com recurso a capitais próprios a não ser que o município tome uma posição estratégica de contrair um empréstimo se não houver fundos comunitários. Estamos a trabalhar no quadro do



PROVER para avaliar essa situação. Se a avaliação que faz é que na altura tinha instrumentos para o fazer, a pergunta é legítima, porque não o fez? Tinha esse pelouro e essa competência. Se a opção estratégica é olhar para o futuro, só o podemos fazer com recursos a financiamento a fundos comunitários. As termas são uma âncora necessária ao concelho, é nosso objetivo trabalhar em parceria com a nova entidade que está a gerir o Hotel do Caramulo, para potenciar uma relação em que turistas possam mesmo durante o período de inverno dinamizar as termas. Não sei quando será, mas o objetivo é perseguir objetivos. As termas, hoje, com muito esforço estão no limite da capacidade de funcionamento daquele balneário. A generalidade dos balneários contemporâneos já foram todos revistos, remodelados ou construídos de raiz. O que qualquer técnico da área dirá é que aquele edifício não se compadece com intervenções pontuais. A principal infraestrutura tem a ver com redes de gestão de água, captação, gestão e potenciar o funcionamento.

Tratamento discricionário de clubes e associações. Se o há, faça o favor de o dizer. Há um investimento profundíssimo na Ficton e o que se passa com o aumento para clubes e associações? Quando se prepara o plano e o orçamento, prepara-se em setembro. A lei que há dois anos se aplica, ao contrário do passado, o orçamento era elaborado em dezembro, não havia praticamente despesas a transitar a não ser as do próprio mês. Hoje, por força da lei, o orçamento é executado em setembro, em outubro é aprovado em reunião de câmara e nos meses de novembro ou dezembro vem à assembleia. Quer isto dizer, quando é executado a faturação de outubro a dezembro, que está cabimentada tem de estar prevista para transitar. Os montantes que estão previstos neste momento são idênticos aos de 2015.

Não quero deixar de valorizar que no caso das USF, não só não estamos disponíveis para intervir naquilo que está já previsto, que é apoiar a instalação da USF de Canas de Santa Maria, intervir em Campo de Besteiros. Mas também em relação a Tondela, face aos passos que se está a dar para a constituição da USF, apoiar a refuncionalização dos espaços. Este orçamento tem por objetivo olhar para o futuro e na melhor qualidade de vida para as pessoas”.



De seguida, procedeu-se à votação tendo sido aprovado por maioria com o voto contra do membro Manuel Veiga. As abstenções dos membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas, António Dinis, Catarina Ferreira, António Almeida Dias, Jorge Batista e Marta Franco. E os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, Jorge Henriques, Vera Machado, Abílio Santos, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, José António Dias, António Pereira, Armando Laranjeira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

Os deputados Jorge Henriques e João Carlos Antunes, por motivos pessoais ausentaram-se da assembleia.

2.3. Análise discussão e votação da fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis

O presidente da câmara explicou o ponto:

“Senhor presidente, restantes membros da assembleia.

As propostas que aqui trazemos nos vários impostos municipais estão correlacionadas com os instrumentos financeiros que acabamos de apoiar, porque a receita está condicionada, também, a estes montantes.

No caso concreto do IMI, não só por uma visão estratégica, mas também por uma questão de equidade e até social. Mantemos no IMI a taxa mínima. Para prédios urbanos a taxa pode variar entre 0,3 e 0,5 sobre o valor patrimonial tributável. Estamos no valor mínimo, ou seja 0,3. Adicionalmente, propomos face à deliberação ocorrida em câmara municipal, que se aplique um coeficiente adicional de redução para famílias com dois, três ou mais filhos. Aplicaremos adicionalmente 15% de redução às famílias que tenham dois dependentes no agregado familiar e 20% às famílias com três ou mais filhos. É uma medida que a lei do orçamento geral do estado abre e que queremos acolher. Sem contudo deixar de dizer que este montante não é muito relevante no ponto de vista da receita.



Olhando para os dados de 2014, o somatório não deverá ultrapassar os vinte cinco a trinta mil euros. Para além disso, validamos no âmbito do zonamento uma nova proposta. O zonamento representa os coeficientes de localização dos imóveis. Em média os coeficientes de localização baixaram cerca de 5% em todas as zonas do concelho exceto naquelas onde já é baixo, que é 0,4. Indiretamente, quer dizer que estamos a diminuir o IMI por força desta operação, tal como o IMT, porque também é refletido sobre o valor patrimonial tributável. Na sede do concelho o coeficiente de localização passara a 0,95, na vila de Campo de Besteiros e Caramulo será de 0,75, depois haverá outras que gradualmente descem até 0,4.

É um fator de equidade e de justiça social, porque aqui todos beneficiam, nomeadamente aqueles que hoje tem património resultante de heranças e que para muita gente é um problema a tributação que cai por esse património. Em contrapartida e dizemo-lo por uma questão de justiça comparativa no IRS a tributação incide principalmente sobre aqueles que têm rendimentos mais elevados. Se tiver que fazer uma opção, farei a opção que aqui está apresentada”.

A deputada Vera Machado tomou da palavra com a intervenção, que se transcreve:

“Reitero os cumprimentos,

Uma palavra de regozijo relativamente à taxa de IMI, que ao contrário da mensagem que tentaram passar para a comunidade, levantando o papão de que o executivo municipal iria subir os impostos municipais, cai hoje por terra.

É um sinal!

Desfaz-se aqui a bandeira de muitos que apregoavam esse desfecho.

Senhor Presidente da Câmara, o PSD parabeniza-o pelo facto de manter as taxas de IMI no valor mínimo.

Uma palavra de apreço também para a redução no IMI de 15% para agregados com 2 filhos dependentes e de 20% para 3 ou mais dependentes.



Alcides
dos
cardos

Sem grandes alaridos ou estratégias de comunicação mediáticas, o executivo optou por uma medida que apoia realmente a fixação de pessoas no nosso território.

Um apontamento também para um pormenor não menos importante que a taxa do imposto é o que se prende com o zonamento.

Penso ser de demasiada relevância este processo de revisão do valor patrimonial, pois este permitiu que todos os prédios do concelho, quer sejam habitações, comércio ou indústrias, vejam as suas avaliações revistas em baixa.

Para concluir, sublinhar mais uma vez a importância destas decisões, na medida em que são instrumentos de grande justiça social, que baixam a carga fiscal dos cidadãos e empresas, bem como, e ao discriminar positivamente agregados com filhos, são medidas de apoio e incentivo à natalidade”.

Seguidamente, o deputado Joaquim Santos tomou da palavra:

“Senhor presidente, obviamente que o Partido Socialista concorda com esta proposta de IMI.

Respondendo à Vera nunca me disseram que estaria em causa um aumento de IMI, por causa das obras do estádio. Aliás, se bem me recordo houve esse compromisso do senhor presidente na devida altura.

Quanto à redução de IMI para as famílias numerosas, concordo e é um bom princípio. Vamos votar favoravelmente. Mas reservamos para o futuro, encontrar uma fórmula, talvez um pouco mais justa, porque é diferente para famílias de rendimentos diferentes o benefício que irão ter. Haver justiça social não é tão linear como aquilo que se propõe. Se a câmara tentar encontrar alguma fórmula ou vamos todos pensar como se há-de fazer essa justiça e em vez de essa redução ser apenas a partir do segundo filho, porque é que não há-de ser a partir do primeiro para famílias de mais baixo rendimento”.

O presidente da câmara voltou ao debate:



“Senhor deputado Joaquim Santos, efetivamente, a proposta possível de chegar é a que resulta do enquadramento da Lei do Orçamento de Estado. Os municípios só têm a capacidade de decidir a taxa a aplicar, não tem a possibilidade de construir a lei do IMI. A proposta que está no Orçamento Geral do Estado permitia também aplicar uma redução a famílias com um filho, entendemos que se o objetivo é um incentivo à natalidade, seria um sinal contrário apoiar com um filho. Não está na nossa mão de como poderia aplicar o apoio a famílias com um filho em função de rendimento familiar baixo. A lei não prevê isso, admito que esse argumento me faz refletir, por esta proposta ser melhorada em sede de Orçamento de Estado e para que os municípios a possam aplicar. Também convém dizer que este benefício para famílias com dois ou três filhos, ao contrário do que inicialmente estava previsto que era por solicitação agora será automático”.

Não havendo mais intervenções foi colocado à votação a proposta de taxa de IMI sobre os imóveis, tendo sido aprovada por unanimidade com os votos de: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Catarina Ferreira, Vera Machado, Jorge Batista, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Franco, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Manuel Veiga, Diamantino Costa, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, José António Dias, António Pereira, Armando Laranjeira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, Jorge Soares e José Manuel Mendes.

2.4. Análise, discussão e votação da fixação da Participação Variável no IRS

O senhor presidente da câmara explicou o ponto:

“De forma sequencial e com a mesma clareza, o município tendo em conta a participação de 5% sobre a taxa variável no IRS, entende que é mais sensato a distribuição universal em sede de IMI. Com os sacrifícios e esforços de alguns, a receita em sede de IRS pode equilibrar aquilo que por exemplo em sede de IMI não se recebe. Consideramos que este valor em termos sociais é expressivo. A perda desta receita faria algum desequilíbrio orçamental.”



Não havendo intervenções dos membros, o presidente da assembleia colocou o ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com as abstenções de: António Dinis e António Almeida Dias e os votos a favor de: Carlos Cunha, Joaquim Santos Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Carlos Viegas, Arménio Marques, Catarina Ferreira, Vera Machado, Jorge Batista, Abílio Santos, Marta Franco, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Manuel Veiga, Diamantino Costa, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, José António Dias, António Pereira, Armando Laranjeira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, Jorge Soares e José Manuel Mendes.

2.5. Análise, discussão e votação da fixação da Derrama

O senhor presidente da câmara explicitou:

“A proposta que trazemos tem a mesma matriz do ano anterior. A derrama a aplicar e que propomos para tributação tem o montante que está definido. Montantes abaixo de 150 mil euros de volume de faturação estão afastados de derrama. Na verdade, poderemos ter algumas micro empresas que pagarão alguma derrama, mas de forma geral quem paga derrama em Tondela tem a ver com cinco unidades industriais na área farmacêutica, componentes para automóvel e no setor agroalimentar.

Estamos com uma projeção de receita na linha do que se tinha estimado no orçamento de 2015. É, hoje, um contributo muito forte para o orçamento do município.

Não deixo de dizer, que não estando esta matéria fechada, juntamente com outros autarcas, podemos avaliar modelos financeiros que possam incorporar algum fator de diferenciação positiva para unidades que promovam a criação líquida de emprego. Esta perspetiva visa apoiar quem se vem instalar e quem está instalado. Convém acrescentar que qualquer investimento novo nos primeiros anos não paga derrama, porque em sede de avaliação fiscal a amortização decorrente dos investimentos feitos está a reduzir a matéria coletável.”



Carlos
Am
Carlos

Não havendo intervenções, o presidente da mesa colocou o ponto á votação, que foi aprovado por unanimidade com os votos a favor de: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Catarina Ferreira, Vera Machado, Jorge Batista, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Franco, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Manuel Veiga, Diamantino Costa, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, José António Dias, António Pereira, Armando Laranjeira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, Jorge Soares e José Manuel Mendes.

2.6. Análise, discussão e votação da fixação da taxa Municipal de Direitos de Passagem

O presidente da câmara interveio:

“ A proposta que aqui trazemos resulta do enquadramento que já trouxemos em anos anteriores. Sei a opinião de alguns membros da assembleia, que também partilho, de que é imoral que este montante seja repercutido pelas operadoras ao consumidor final. O montante não é tão expressivo quanto se possa pensar. Em todo o caso, julgo que estão reunidas as condições políticas do ponto de vista da Assembleia da República para que haja uma alteração legislativa a este propósito. O nosso município tem com outros municípios um processo que está em avaliação e que se prende com o facto, em particular a PT e a EDP, usar infraestruturas que estão no domínio público para permitir que outros operadores utilizem esses canais sem pagar ao município a utilização dessa ocupação da via pública. É uma matéria complexa”.

O deputado Joaquim Santos interveio com a declaração de voto do Partido Socialista, que se transcreve:

“Seria importante Tondela ser falado por este motivo de saber dizer não, visto até o senhor presidente ser contra.



A incidência da TMDP sobre os consumidores é o resultado da promiscuidade entre o poder político, neste caso, os municípios portugueses e os poderosos *lobbies* dos operadores de telecomunicações.

É uma das mais estúpidas taxas que se poderiam inventar, não pelo seu valor residual, mas pelo princípio que representa.

Não é de estranhar – é fruto da irresponsabilidade do PSD! Fernando Ruas queria dar nas vistas, mas faltou-lhe a coragem para assumir as consequências!

Remeteu-as para os mesmos de sempre!

Dissemo-lo em anos anteriores e repeti-lo-emos quantas vezes forem necessárias.

Firmes das nossas convicções, votamos contra esta aberração”.

De seguida foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com os votos contra dos membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas, Catarina Homem, Jorge Batista, Marta Franco, Alfredo Cabral. A abstenção do membro: Manuel Veiga e os votos a favor de: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Franco, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, José António Dias, António Pereira, Armando Laranjeira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, Jorge Soares e José Manuel Mendes.

2.7. Análise, discussão e votação do mapa de pessoal para 2016

O senhor presidente da câmara apresentou o mapa de pessoal para 2016:

“O mapa de pessoal deve acompanhar a discussão orçamental. Procurou-se ter uma leitura simples e clara, sabendo que há lugares que ainda que preenchidos não o estão efetivamente, na medida em que há funcionários do município que estão noutros serviços. É relevante dizer que anualmente o município tem vindo a reduzir em mais de 3% os seus



colaboradores por força das aposentações que têm ocorrido e por não ser possível o recrutamento. Em todo o caso, durante o ano de 2016 teremos de promover o recrutamento de algumas áreas, em particular em assistentes operacionais.”

O deputado António Dinis tomou da palavra, de seguida:

“Tem sido evidente e notório a redução de pessoas ao serviço do município e que estão de acordo com as diretivas governamentais. Faz todo o sentido se vier a contratar pessoas com funções operacionais, tanto mais que não podemos ficar muitas das vezes amputados por legislação que impede a contratação.

Gostaria de saber, qual é o ponto da situação dos concursos para Chefes de Divisão”.

O senhor presidente da câmara respondeu:

“Veio a esta assembleia municipal a abertura do procedimento concursal para dirigentes. Neste momento, o presidente da câmara, por despacho, nomeou em regime de substituição e decorre a fase em que o Júri está a avaliar os candidatos.”

Não havendo mais intervenções, o mapa de pessoal para 2016 foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Catarina Ferreira, Vera Machado, Jorge Batista, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Franco, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Manuel Veiga, Diamantino Costa, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, José António Dias, António Pereira, Armando Laranjeira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio

2.8. Análise, discussão e votação Proposta de execução de obras de investimento com recurso a financiamento

O senhor presidente da câmara tomou da palavra para explicar o ponto:



“No decurso da discussão das GOP’s expliquei quais eram as duas obras e as razões. Qualquer obra que pressuponha recurso a empréstimo e desde que ela represente mais do que 10% do montante global de investimento carece de comunicação à assembleia municipal para que ela se pronuncie. Como é nosso propósito promover rapidamente a abertura do procedimento concursal das obras, o que vimos dizer é que a forma de financiar as obras é com recurso a empréstimo. Para a obra de remodelação da rede de água e saneamento ao Caramulo um milhão de euros e um milhão e meio em relação à Zona Industrial de Tondela”.

O deputado Joaquim Santos interveio:

“Senhor presidente pegando nas suas palavras, entendia que seria muito melhor que tivesse trazido a outra assembleia esta proposta. No entanto, tenho dúvidas acerca da redação deste ponto: “Análise, discussão e votação Proposta de execução de obras de investimento com recurso a financiamento”. Imagine que parava o título em investimento, certamente as coisas seriam de maneira diferente. A proposta que nos traz aqui hoje não é autorização para investimento destas obras, porque elas já foram aprovadas no Plano e Orçamento. O que está em causa é a autorização prévia desta assembleia para recorrer a financiamento. Suponho que faltam verbas, porque acho que tinha na reunião do direito ao estatuto da oposição, falado em meio milhão de euros para aquisição das carrinhas. (o senhor presidente da câmara informou que não carece vir à assembleia).”

Continuou com a declaração de voto que se transcreve:

“O Partido Socialista, e conforme manifestou na discussão do Orçamento e PPI que hoje votamos, é favorável a todos os instrumentos legais que permitam o desenvolvimento do nosso concelho.

Embora algumas das despesas que serão cobertas por financiamentos estivessem previstas no primeiro PPI, entretanto alterado, pelas circunstâncias conhecidas, e como o dinheiro não nasce, torna-se imperioso o recurso a crédito.

Chamados à apreciação de uma **autorização prévia**, entendemos que:



1 - Subjacente ao volume da contratação do empréstimo, está uma verba que a Câmara Municipal dispõe, com recursos financeiros próprios, para pagar as obras no Estádio João Cardoso. Deixe-me só fazer uma referência ao senhor Arménio, a câmara municipal de Tondela já deliberou que o empréstimo para as obras do estádio é anulado e que irá pagar com recursos próprios.

2 – O PS, na altura própria, manifestou a sua posição, agora reforçado com o chumbo do Tribunal de Contas.

3 – Solicitam-nos, agora, que autorizemos previamente o município contrair um empréstimo de 2,5 milhões de euros, ou seja, mais meio milhão do que o inicialmente previsto.

4 – Damos conta que, não acontecesse o chumbo do TC, a execução do PPI para 2016 dependeria de um novo empréstimo, que provavelmente avalizaríamos, desde que devidamente justificado, mas sempre dentro de uma mais profunda análise do orçamento, e na perspetiva de não se encontrar outra alternativa de poupança que cobrisse esta despesa de capital.

5 – Em nosso entender, este pedido de autorização prévia é, de facto, uma forma alargada de ratificar, pela segunda vez, um empréstimo que, no fundo, se destina a financiar as obras do Estádio João Cardoso.

Assim, e em coerência com a nossa tomada de posição anterior, votamos contra esta autorização prévia”.

O deputado Manuel Veiga continuou os trabalhos:

“Boa tarde mais uma vez.

Quase que se torna óbvio que uma coisa se entronca na outra. Se não houvesse a questão do empréstimo anterior, agora não estaríamos a discutir este empréstimo. Dada a posição que tomei desde o início, mantenho em coerência o meu sentido de voto, pelo que voto contra este ponto”.



*Alcides
Ferreira
Caldas*

Seguidamente, o deputado António Dinis interveio:

“Em relação a esta questão, fiquei com uma dúvida, o empréstimo que iremos votar é para dois milhões e meio, podendo ser expandido a quatro milhões? O CDS votou favoravelmente o empréstimo de dois milhões para o estádio com os pressupostos que foram referenciados, que não foram verificados, mas não vou por aí. Acho que é infeliz a comparação com a Madeira, porque compara o território, mas não compara a população. Dou-lhe uma comparação ainda melhor, entre Guimarães e Santo Tirso há quatro estádios, em vinte quilómetros. Não tem a ver com isso, tem a ver com a taxa de utilização dos espaços desportivos, isso é que é o essencial. As comparações quando mal feitas são uma chatice. Respeito as suas comparações, mas também tem de respeitar as minhas, o que é absolutamente diferente. O senhor presidente disse que hoje não seriam necessários cinco mil lugares, que me deixou a pensar. Quantos seriam?

Senhor Arménio tem grande respeito por si, o senhor fala na pesada herança dos anteriores mandatos e o senhor presidente referenciou que eu estava no anterior executivo sobre a questão das Termas. Fui, na altura, contra, nem sempre as minhas opiniões eram aceites. Sei o que assinei e quando diz que eram obras de fachada, tenho documentos comigo e terei a ocasião de esclarecer que não eram obras de fachada. 460 mil euros para equipamento, estávamos a falar de requalificar tudo o que é maquinaria. Sei o que estou a falar. Era mais de um milhão de euros em investimento. Claro que não era aprovado um novo balneário, nem nunca vão aprovar. Quando vai a Sangemil e diz para o ano é que é, tem lá ido e diz sempre dizer isto.

Professor Alfredo, “o CDS não chegava lá se não fosse a coligação”. Não venho aqui defender o CDS nessa perspetiva. Agora propus-me a eleições apoiando um projeto que era diferente do que ganhou em Tondela, portanto em coerência com aquilo que defendi e com aqueles que votam em mim. É assim que entendo a política e é assim que entendo as coisas. Se o CDS defendia uma coisa no seu manifesto eleitoral e se houve pessoas que votaram em nós, estamos cá para os representar.



O senhor presidente faz aqui uma coisa que não acho particularmente agradável, a posição do senhor deputado. Estou aqui em representação de um grupo parlamentar e mistura aqui a posição do deputado. Estamos, aqui, num projeto político e representação dos partidos políticos para os quais concorremos, estou nessa qualidade e não a título individual. Temos de nos respeitar, temos posições diferentes, é assim que as coisas são. A democracia funciona assim com posições diferentes. Como vê, ainda sem responder a esta questão, saber se vai ser um empréstimo de 2,5 ou de quatro milhões, porque depois já cá ando há algum tempo, irão dizer a pesada herança dos quatro milhões que contrataram para fazer um estádio que ninguém lá anda. Depois, também temos de responder pela pesada herança que deixamos aos futuros executivos. Tive muita honra em estar no mandato anterior e não o venho defender, mas custa-me. O Quim falo correntemente, a ele já o justifico, porque já o fazia anteriormente. Agora outros custa-me ouvir falar nisso. Pergunto, se vamos deixar quatro milhões de empréstimo e com um estádio, oxalá que corra tudo muito bem ficaria muito contente se o Tondela se mantivesse na primeira liga por imensos anos, mas sabemos que nem sempre é possível e isso pode acontecer. Depois vão dizer de nós, porque estivemos aqui a votar, “Aquela herança que nos deixaram”, depois cai-nos em cima de nós. Já ouvi gente a dizer coisas e depois dizer o contrário. Quando fazemos empréstimos, estamos a deixar heranças para alguns, não temos margens de manobras.”

O Deputado Manuel Veiga voltou ao debate:

“Só queria clarificar que não sou contra as obras. Tem a ver com o financiamento em si. Não houvesse alguma dúvida e não seria coerente com a outra tomada de posição.”

O deputado Arménio Marques interveio:

“Cada vez sinto mais orgulho pelo que digo e faço. Conhecer é muito mais do que saber. Quando me referi ao Eng^o Dinis, não foi em jeito de futebol. O futebol já chegou. O que estava a dizer é que o orçamento de hoje, nunca mais vai ser como aqueles orçamentos que o senhor aprovou e em que fazia parte da câmara, porque estava no tempo dos milhões. O que estraga os autarcas é isso, há pouco tempo fazia obras avultadas e



agora ninguém tem culpa do orçamento ser mais baixo, foi a grande fartura que houve. No meu tempo eram orçamentos eram de tostões. O que me caiu mal, foi a tua postura e disseste que o presidente da câmara deixou cair a máscara. Não gosto de ouvir falar, na minha assembleia, quarenta anos depois do vinte e cinco de abril, certas coisas. A juventude que é intelectual, mais do que quando fui autarca, porque estudou. Quando fui autarca, apesar de não ter estudado, todos os que me rodeavam eram licenciados, no entanto, tenho orgulho no que fiz e era com pouco.

Não pensem que são bem vistos quando vêm aqui muitas vezes. São mal vistos. Vêm aqui discutir coisas que pouco ou nada tem a ver com o concelho. Pensam que são ídolos e o que é aqui dito é ouvido na assembleia da república. Eles não querem saber de vocês.”

O presidente da câmara tomou da palavra, de seguidamente:

“Muito obrigado a todos pelos contributos, pela clarividência de algumas pessoas. O senhor Arménio está em dia sim, porque quer o senhor quer o professor Alfredo demonstram serenidade, controlam a ambição. É bom termos os pés no chão. Saber não é o que desejamos, mas o que os outros esperam de nós.

Queria dizer duas coisas muito importantes para não haver dúvidas. O município não está impedido de apresentar recurso, está dentro do prazo. Recorrer é um direito legítimo, principalmente para demonstrar que alguns argumentos não são os corretos. Sem prejuízo desse recurso, assistir ao município a eventual aprovação das suas pretensões ainda que não sirva para não fazer uma operação de financiamento. O município prescinde desse financiamento, porque discutir esta questão implicaria atrasos no processo. E eu como contesto cada um dos pontos das ditas recomendações preventivas que não foram seguidas, é essa mesma razão que me leva a prescindir o empréstimo para não haver atraso na obra.

Já expliquei que o dinheiro não é ilimitado. Que diferença faz em relação à obra, se ela é financiada com fundos próprios ou por empréstimo? Queremos a obra ou não? Esta decisão já foi tomada.



*Alcides
Bris
Cados*

O senhor deputado Dinis e já não é a primeira vez que insinua ou quer insinuar que o atual presidente da câmara se agarra heranças ou rejeita heranças. Eu que nunca tive heranças, sempre procurei viver com o que tenho e conquisto o que tenho em cada momento. Há outros que porventura viveram ou vivem com heranças as que tem e as que esperam vir a ter. Na minha vida em cada momento avalio as decisões que posso tomar. Não deixo de valorizar politicamente essa intensão, alguém procura fazer essa antítese na esperança de receber uma sucessão dinástica, como se isso fosse possível. Em democracia os votos conquistam-se é por essa razão que eu me mantenho firme às minhas convicções. Assumo a responsabilidade que tive em anteriores órgãos executivos. Estou disponível para avaliar o contributo que tive comparado com outras pessoas que também estiveram e não me envergonho do meu trabalho e das opções que tomei. Respeito o meu passado e espero que também o deputado Dinis o respeite. Gostaria de deixar claro que uma coisa é o que se diz, outra é aquilo que eu digo.

Sangemil, “para o ano é que é”, talvez o deputado Dinis queira que alguém diga isso para dizer que eu disse isso. O que disse em Sangemil, é que gostaríamos de ter essa solução quando houver fundos comunitários. Traga-me o primeiro órgão de comunicação social ou texto em que não tenha dito que está dependente de fundos comunitários.

Não percebo quais são as questões colocadas sobre este ponto em concreto. É uma autorização ao município para que a abertura destes concursos seja precedida da decisão se apoiam em financiamento. Regressará á assembleia a aprovação do relatório de empréstimo, que não se limitará a estes 2,5 milhões, mas que rondará os 4 milhões. Um montante financeiro não tem a ver com o outro montante financeiro.

No nosso passado houve decisões que foram feitas e claro que têm consequências financeiras. Estamos a pagar entre amortização e juros 1,5 milhões ao ano. Estou disponível para em 2017 compararmos as dívidas contraídas neste mandato com aquilo que pagamos. Se tiver maior divida em 2017 em relação aquilo que foi pago pela câmara, naturalmente poderão dizer que deixo a câmara mais endividada.”



Não havendo mais intervenções, o ponto colocado à votação tendo sido aprovado por maioria com os votos contra dos membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas, Catarina Ferreira, Jorge Batista, Marta Franco, Manuel Veiga e António Sérgio. E os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Abílio Santos, Almeida Dias, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, José António Dias, António Pereira, Armando Laranjeira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, Jorge Soares e José Manuel Mendes.

O deputado António Dinis entregou declaração de voto. (anexo 9)

A deputada Marta Franco, por motivos profissionais, ausentou-se da assembleia.

2.9. Eleição de representante das Freguesias para o Conselho Municipal de Educação

A deputada Vera Machado informou que o grupo Parlamentar do PSD propunha como representante das freguesias para o Conselho Municipal de Educação o deputado João Paulo Henriques Tavares.

O deputado Joaquim Santos referiu que o Conselho Municipal de Educação passou a ter apenas um representante das juntas de freguesia e que no início do mandato tinha sido eleito dois representantes que eram os presidentes de junta de Ferreiros do Dão e da União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fraguas. Desta forma o Partido Socialista propôs o deputado António Sérgio de Almeida para continuar a ocupar o lugar que estava a desempenhar.

O presidente da mesa informou a assembleia que a proposta do PSD seria designada por lista A e a proposta do PS designada por lista B.

De seguida procedeu-se à eleição por voto secreto, tendo obtido os seguintes resultados: Lista A- 18 votso; Lista B- 7 votos; votos em branco - 3.



Deste modo, foi eleito para representante do Conselho Municipal de Educação o deputado João Paulo Tavares.

2.10. Outros assuntos de interesse para o Concelho

O deputado Abílio dos Santos iniciou o ponto:

“Senhor presidente da câmara têm surgido algumas interrogações quanto à utilização do espaço ao serviço à comunidade, porque este espaço é simultaneamente para a comunidade e como casa mortuária. Pode acontecer ser utilizado por um grupo de cidadãos para um concerto e entretanto haver um óbito. Como se faz nestas situações? Queria também saber se já existe regulamento de funcionamento?”

Seguidamente, o deputado Joaquim Santos tomou da palavra para apresentar a proposta de recomendação, que se transcreve:

“PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Conforme disposto no artigo 25.º, n.º 2, alínea a) da lei 75/2013, “compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal...”

Ora, atentos a alguns acontecimentos recentes, mas também a factos passados, os últimos dias trouxeram-nos motivos mais que suficientes que nos permitam refletir sobre um assunto que nos preocupa, desde há muito, mas cuja oportunidade, mais do que nunca, é premente.

Não pretendemos, com isto, intervir além das nossas competências, mas sim cumprir um dever, que cada membro desta assembleia tem, de acompanhar a atividade do município, zelar pelo cumprimento das regras e da transparência e não se contentar com uma participação amorfa neste órgão de decisão.

Ao decidirmos apresentar esta Proposta de Recomendação, não nos move qualquer outro que não seja o interesse municipal. Não agimos contra ninguém, mas a favor de todos!

Revelam-nos os anos, mais ou menos remotos, um conjunto de situações incómodas, incompreensíveis, inadequadas e, em nosso entendimento, carregadas de conflitos de interesses, que nos preocupam cada vez mais.



Na esfera de influência, institucional ou política, da Câmara Municipal de Tondela, giram pessoas e entidades com relações diretas ou indiretas – enumeramos algumas: Associação de Municípios do Planalto Beirão, Águas do Planalto, Bombeiros Voluntários de Tondela, Escola Profissional de Tondela, Juntas de Freguesias, Cooperativa Vários, Tondelviva, Clube Desportivo de Tondela, Cooperativa Terras de Besteiros, CIM Viseu Dão Lafões, Adices, ACERT, Adereton e umas tantas individualidades que, por desconhecimento ou propositada omissão, me escuso a enunciar.

Chegados aqui, e construído ao longo de anos, é tal o emaranhado de conflituosos interesses que, às tantas, já não se sabe quem representa, quem se representa e que papel subserviente cabe a cada um dos seus intérpretes! Pode acontecer a qualquer aranha – ser vítima da sua própria teia!

Passadas estas linhas de “*suspense*”, vamos aos factos:

A Câmara Municipal de Tondela é uma entidade autárquica que, à semelhança de outras 307, recorre sistematicamente, fruto da sua atividade, a pareceres jurídicos externos.

Mas ao contrário de muitos municípios, Tondela mantém, há décadas, o mesmo parceiro jurídico que, em simultâneo, representa interesses que consideramos diferentes.

Vejamos apenas alguns exemplos, que oportuna e repetidamente denunciámos:

- O atual gabinete representa a AMRPB e foi interlocutor, supomos, no contrato inicial, celebrado com a Águas do Planalto, mas certamente naquela famigerada adenda que violou implacavelmente os interesses dos consumidores de água da rede pública.

- O atual gabinete representa, julgamos, a Tondelviva, empresa municipal que terá de prestar muitos esclarecimentos sobre diligências a decorrer, e outras que se seguirão, e que conflituam com clientes privados do mesmo gabinete.

- O atual gabinete deu, anos atrás, pareceres comprometedores, que poderão obrigar o município a um processo de reversão de verbas bastante avultadas. Por uma questão de bom senso, escusamo-nos a ir mais longe!



- O atual gabinete, há uns meses atrás, estaria disponível para defender uma ação cível, interposta por uma junta de freguesia contra um seu cliente, em conflito, no mínimo, moral, por colidir com interesses municipais!

O atual gabinete aceitou, a troco de uma avultada quantia, interpor uma “qualquer coisa” jurídica contra a Lei que, em 2013, extinguiu 7 das nossas freguesias, numa altura em que se lhe exigia ter consciência que a sua ação seria em vão! Os então presidentes de junta, e que aqui se encontram, facilmente poderão calcular as verbas deitadas ao lixo, num concelho cheio de necessidades, mas onde a propaganda foi colocada acima dos legítimos interesses das pessoas.

Bastariam estes, entre tantos mais, mas daremos apenas um outro flagrante exemplo:

O atual gabinete é responsável pelo processo dirigido ao Tribunal de Contas, que solicitava autorização para um empréstimo de 2 milhões de euros, e que foi recusado! Uma leitura do despacho, leva-nos a acreditar numa enorme inabilidade jurídica, merecedora de palmatória e que o tempo julgará! Contudo, apesar disso, dispunha-se e recorrer, bastando, para isso, mais uma retribuição financeira, que não sei qual seria, mas que vou procurar saber!

A conta corrente entre este gabinete e as entidades públicas do município será tratada depois.

Assim, e considerando que:

1 – No caso de denúncia que envolveu a empresa Águas do Planalto e a AMRPB, o gabinete de advogados sempre defendeu os interesses opostos aos que deveria defender o município de Tondela, no dever de defesa dos interesses dos seus munícipes;

2 – O gabinete em causa não pode representar, em simultâneo, entidades e pessoas que sejam suscetíveis de conflitos de interesses;



3 – É inaceitável que tenha cometido erros tão escandalosos no processo do empréstimo chumbado pelo Tribunal de Contas,

A Assembleia Municipal de Tondela, reunida em sessão ordinária no dia 16 de fevereiro de 2015, decide:

A) Recomendar ao executivo municipal de Tondela que encontre, em alternativa ao atual gabinete que lhe presta serviços de assessoria jurídica, uma outra alternativa;

B) Que essa solução passe, obrigatoriamente, pela isenção e competência reconhecidas, e que garanta que não colida com os interesses anteriormente manifestados.”

O deputado Felisberto Figueiredo pediu a palavra e continuou os trabalhos:

“Só para fazer um pedido de esclarecimento, relativamente à obra de condução do saneamento do Fial e de Caparrosa para Caparrosinha, isso vai implicar a remodelação da ETAR?

Relativamente à proposta de recomendação que o Joaquim Santos apresentou, preocupa-me que um gabinete de advogados possa não defender convenientemente os interesses quando estão em conflito interesses de clientes diferentes, como é o caso da câmara com outros clientes. Julgo que isto está previsto no código Deontológico da profissão. Acho que deve ser o próprio gabinete a resolver os conflitos de interesses, ou rejeita defender uma situação em relação a outra ou então há que denunciar à Ordem dos Advogados o conflito de interesse que não está devidamente acautelado. Preocupa-me que um gabinete possa trabalhar da forma como insinuas.”

A deputada Marina Leitão tomou da palavra para esclarecer:

“Qualquer pessoa que já lidou com advogados, sabe como é que é. Um advogado tem um conjunto de clientes, em determinada altura pode acontecer que dos seus clientes do escritório possa ter uma situação que é conflituante. Neste caso pedem escusa e nestes casos não tratam nem dum nem do outro. Nestes casos os clientes são informados que



tem de tratar com outro escritório. Faz parte do Código de Deontologia. Faz-me confusão que o senhor deputado Joaquim Santos não saiba isto. De certeza que sabe. Estamos a falar de pessoas sérias e profissionalmente sérias. Quando falamos das coisas, temos de saber o que estamos a dizer.”

O deputado Joaquim Santos interveio:

“Sei disso tudo, senhora deputada Marina.

Vou contar um caso concreto. Referi o caso de uma freguesia, que foi a minha. O gabinete de advogados não trabalha para a minha freguesia. O gabinete de advogados trabalha para Tondela. Por causa de um caminho, uma coisa simples, que remetemos para a câmara, a câmara disse que a responsabilidade era a junta de freguesia, muito bem embora nós entendemos que não, tanto que tentámos fazer ver à câmara municipal que era um caminho público. À parte desse entendimento que duvidei e disse-o a quem de direito, porque acho que a câmara devia interpor uma ação contra a pessoa que tapou o caminho. Entretanto, contactámos a pessoa que contratou uma advogada desse gabinete que foi a uma reunião na junta de freguesia e ameaçou que se nós fôssemos fazer aquilo, avançava com um processo e nós dissemos que iríamos fazê-lo. Depois, refletiu e falou com o cliente que está em França e depois lá chegámos a acordo, mas estaria disponível para defender o seu cliente contra a junta de freguesia. A junta de freguesia não é cliente desse gabinete de advogados, mas o processo passou pela câmara municipal. O principal não é isso, queria que percebessem o que disse, certamente que o gabinete de advogados, e é quero chegar, dão apoio jurídico a entidades que giram na mesma esfera ou político ou social da câmara municipal de Tondela. Depois acontecem casos como estes. O que considero menos grave são dois argumentos evocados pelo chumbo do Tribunal de Contas, foram três. Quando um gabinete de advogados que elaborou o processo para ir para o Tribunal de Contas com o pedido de visto, não sabe que pode ocorrer um conflito de interesse, que foi o caso, entre o cargo de presidente da câmara municipal de Tondela e o de presidente da assembleia geral do Clube Desportivo de Tondela, por serem a mesma pessoa, é um erro grave e de palmatória. Quando um gabinete de advogados representa a Associação de Municípios do Planalto Beirão, em que se põe contra os



municípios. Tenho documentos escritos e assinados por esse gabinete de advogados a dar uma resposta que requeri à AMPB. Não estou a falar na seriedade das pessoas, estou a falar no conflito de interesses que pode haver entre essas entidades todas, em que não serve os interesses municipais, além de neste último caso em concreto, não são dois argumentos do Tribunal de Contas, são três. Ainda ninguém me ouviu falar no terceiro. Quando mandam para o Tribunal de Contas um processo onde esses três “pecados” são cometidos, desculpem mas há aqui, falta de conhecimento? Se é o caso tem de saber com quem trabalha.

Mais, o caso do recurso das autárquicas, das extinções das freguesias, toda a gente sabia e disse-o aqui que era apenas para gastar dinheiro. Sei que os advogados vivem dos clientes, mas também temos de ter cuidado, porque estamos a usufruir bens do erário publico. A culpa não foi do gabinete de advogados, foi de quem o instruiu para fazer isso. Os casos são demasiados. Isto é uma proposta de recomendação, nem sei se seria necessário nós fazê-la para que a câmara municipal diligenciasse nesse sentido. Não sei o que se passa na cabeça do senhor presidente. Isto é o nosso contributo sério para que as coisas mudem. Já falei várias vezes, a dizer que a câmara municipal de Tondela, sobretudo no caso da água deveria ter uma equipa de advogados competente e isenta. Quando falo em isenta, é poder estar do lado dos municípios, dos consumidores de água ou estar do lado dos interesses do Planalto Beirão, que neste momento defendem interesses opostos. É isso que quero dizer. Isto não é transparente. Se os senhores consideram que está tudo muito bem, podem considerar, façam o favor e decidam. Eu fiz o meu trabalho, que me competia e que a minha consciência me mandou, não sou eu que usufruo do serviço desse gabinete de advogados. Mas com certeza sou eu e os senhores que muitas das vezes sofremos as consequências desse exercício. Muito obrigado.”

A deputada Vera Machado interveio, de seguida:

“Caso seja votada a proposta de recomendação, o PSD votará contra, porque se trata de um escritório de reconhecido valor. A questão da isenção e da imparcialidade prende-se com questões deontológicas. No entanto e com certeza o executivo está atento a essa sobreposição de interesses contrários às partes.”



Seguidamente, o presidente da câmara tomou da palavra:

“Questão colocada pelo senhor Abílio, o espaço “Serviços à Comunidade” está em funcionamento. Terá um regulamento de utilização e as questões que coloca são muito fáceis de resolver desde que estejam devidamente equacionadas. A atividade que pode ser desenvolvida nesse espaço, além de prestar apoio às diferentes religiões, pode prever atividades ligadas à formação, colóquios, áreas de exposição, reuniões e que devem ser previamente agendadas. Sendo que perante a situação imprevista de um velório que ocorra, a estar ocupado, quem usa aquele espaço saberá que será desocupado para esse fim. Tem uma utilização prioritária para aquele fim, compatível para outras atividades. Não é a inexistência do regulamento que impede o seu uso, porque havendo bom senso as pessoas sabem gerir as questões.

Dr. Felisberto, a obra das duas elevatórias do Fial e de Caparrosa implica colocar uma nova linha na ETAR de Caparrosinha. Ela é um eco tanque, temos terreno suficiente para uma linha paralela para funcionamento adequado.

Proposta de recomendação, é uma recomendação. Está na esfera das competências do município essa situação. Percebemos a recomendação, como todas a perseguir o interesse público, que é a boa gestão. Naturalmente que há matéria que hoje não é exclusivo daquele gabinete a trabalhar com o município. Em qualquer caso, convém dizer não concordo que as Águas do Planalto e Planalto Beirão tenham oposições contrárias aos interesses dos munícipes. Admito que Águas do Planalto tenham interesses que possam colidir com os do município, mas não seria compreensível que uma associação de municípios constituída pelo município de Tondela tivesse interesses que colidissem com os do município de Tondela, isto seria que não estaria bem representado o município ou os fins da associação. É uma recomendação que na circunstância dos factos, percebemos. O município em alguns domínios, porque as áreas jurídicas, cada vez mais, são especializadas. Há matérias de especialização como é hoje o caso na área financeira em que trabalhamos com outro consultor. Mas acima de tudo a idoneidade deontológica deve estar presente nos atos que os diferentes gabinetes prestam. Tomamos como uma recomendação nessa circunstância.”



O presidente da mesa colocou, de seguida, a proposta de recomendação à votação, tendo a mesma sido rejeitada com os votos contra dos membros: Carlos Cunha, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Abílio Santos, Almeida Dias, Sandra Coimbra, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, José António Dias, António Pereira, Armando Laranjeira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, Jorge Soares e José Manuel Mendes. Abstiveram-se os membros: Felisberto Figueiredo, Alfredo Cabral e Manuel Veiga e votaram a favor os membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas, Jorge Batista e António Sérgio.

O deputado Manuel Veiga apresentou a sua declaração de voto de abstenção por não fazer sentido a recomendação, no sentido que a câmara assumiu que tomaria em conta essa recomendação. Deveria ter sido unicamente recomendação e não uma proposta.

A declaração de voto do deputado Felisberto Figueiredo foi na mesma linha do exposto pelo membro Manuel Veiga.

O deputado Alfredo Cabral referiu que a sua abstenção deveu-se ao facto de discordar com o título do documento, “proposta de recomendação”.

3-Período aberto ao Público

Neste ponto, o presidente da mesa da assembleia indagou junto dos presentes quem pretendia intervir. Inscreveu-se a cidadã Maria Lisete da Cruz Ferreira, que tomou da palavra:

“Boa noite. Venho, aqui, manifestar o meu descontentamento por a câmara não ter atuado em tempo útil em relação a uma obra que foi construída em Paranho, que é a obra nº 8/2011. Essa obra foi solicitado um embargo logo no seu início, e um segundo embargo quando iniciava o telhado. A obra só viria a ser embargada quando o telhado estava totalmente colocado, embora tivesse existido um parecer de embargo urgente no início do telhado. Já tinha visto uma intervenção no mesmo local, em que foi executada na via pública uma obra que nem sequer estava prevista e em que tinha ficado prejudicada,



porque me foi tirado uma parcela de terreno que tinha uma parreira e os respetivos esporões. Entretanto, foi também efetuado um muro junto à 228 que não estava no projeto e agora foi efetuado uma intervenção numa rampa em que para ser utilizada terá de ter a utilização da via pública. Ora enquanto confinante, ficarei prejudicada. Esta obra nada tem a ver com o projeto apresentado, nem o local, nem a volumetria, nem o acesso à via pública. Tinha sido apresentado um primeiro projeto que foi recusado, teve determinadas condicionantes. Foi feito um segundo projeto de acordo com as condicionantes, mas aquilo que lá está tem mais volumetria e pior do que o primeiro projeto. Realizou a obra sem licença, não levantou livro de obra. Sinto-me bastante prejudicada. Quero tentar evitar a utilização da via pública naquela zona."

O presidente da câmara tomou da palavra:

“Boa tarde. A Dr^a Lisete já há sensivelmente uma semana me colocou esta questão. É um assunto que vem de um licenciamento de 2011, anteriormente precedido por uma intervenção feita pela junta de freguesia. Explanou de forma bastante expressiva todo este processo que corre de uma matéria em sede de fiscalização e outra em sede de direito contencioso e acho que vai acabar por passar. Não é por falta de conhecimento. Agradeço a delicadeza, quando esteve comigo. Tomei nota. Registei. Está na esfera de um ato da fiscalização por um lado e por outro lado de eventuais incongruência que possam ter existido entre um parecer de um técnico num determinado momento que recomendava a implementação de determinada forma e de um parecer de outro técnico, que num segundo momento interpreta a mesma obra de forma diferente. Percebendo estas questões, elas estão em avaliação e assiste sempre o direito da reclamação e até de eventual processo que entenda sobre esta questão.”

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a presente sessão da assembleia municipal e foi lavrada a presente ata para constar.

O Presidente: Carlos Manuel Cortês Henriques do Carmo



O 1º Secretário: *Fluvinho*

O 2º Secretário: *Carlos Manuel Martins Silva*



VOTO DE PESAR E DE CONSTERNAÇÃO

O Grupo parlamentar do partido social democrata quer manifestar nesta Assembleia, a sua maior consternação e um voto de profundo pesar pelos trágicos acontecimentos ocorridos na passada Sexta-feira à noite na cidade de Paris, no qual faleceram até ao presente momento 132 pessoas (2 das quais de nacionalidade portuguesa), e um número ainda indeterminado de feridos dos quais cerca de 80 se encontram em estado bastante crítico. Queremos ainda e ao mesmo tempo, exprimir a nossa solidariedade aos familiares das vítimas e ao povo francês que assistiu pela segunda vez, num curto espaço de tempo a mais um bárbaro e selvático atentado provocado por terroristas sem escrúpulos, alimentados por radicalismos e fundamentalismos que têm necessariamente de ser exterminados para bem da paz no mundo

Uma vez mais em Paris, os valores universais foram atingidos, mas não vencidos. O terror e o medo são absurdos que a todos nos podem atingir, mas que todos juntos necessariamente temos de combater.

Abílio Rodrigues dos Santos

(Pedir um minuto de silêncio)

Aprovado por unanimidade

A AMBIÇÃO E AS TRAIÇÕES DE COSTA

HOMEM DE PERSONALIDADE ambiciosa E UM GRANDE ARTISTA na arte da traição, ANTONIO COSTA, NO SEU DESPUDORADO CAMINHO PARA A USURPAÇÃO DO PODER, ESCOLHEU HABILMENTE A SUA PRIMEIRA VÍTIMA – O CAMARADA ANTÓNIO JOSÉ SEGURO. ACUSANDO-O DE UMA FRÁGIL VITÓRIA NAS ELEIÇÕES EUROPEIAS e autárquicas, QUE NÃO corresponderam as EXPECTATIVAS DE UMA PEQUENA E VELHA CAMARILHA DE DIRIGENTES SOCIALISTAS (OS HABITUAIS VELHOS DO RESTELO), ANTÓNIO COSTA VIU NESTAS ELEIÇÕES UMA PÉRFIDA E COBARDE FORMA DE CONSEGUIR AS SUAS IGNÓBEIS E AMBICIOSAS INTENSÕES DE ALCANÇAR O PODER, A QUALQUER CUSTO, E A QUALQUER PREÇO INDEPENDENTEMENTE DOS IDEAIS POLITICOS DO PS E DOS SUPERIORES INTERESSES DE PORTUGAL. GANANCIOSO POR NATUREZA E DUM CALCULISMO POLITICO ABSOLUTAMENTE MAQUIAVÉLICO, ANTÓNIO COSTA, À BOA MANEIRA SOCRÁTICA, PROCURA DE FORMA ARDILOSA ATINGIR OS SEUS PESSOAIS E POUCO ETICOS FINS, SEM OLHAR AOS MEIOS QUE A DEMOCRACIA LEGITIMA E IMPÕE.

AO SER PESADAMENTE DERROTADO NAS RECENTES ELEIÇÕES LEGISLATIVAS, SERIA LEGITIMO, TENDO EM CONTA A LOGICA DOS SEUS PRINCIPIOS, AS MESMAS COM QUE APUNHALOU O SEU CAMARADA DE PARTIDO ANTÓNIO JOSÉ SEGURO SEGURO, digno e justo vencedor DAS ULTIMAS ELEIÇÕES EUROPEIAS E AUTÁRQUICAS, QUE NO MINIMO, NUM ACTO DE HONESTIDADE E DE DIGNIDADE (QUE INFELIZMENTE parecem NÃO existir NA SUA TENDENCIOSA PERSONALIDADE POLITICA) PEDISSE A DEMISSÃO DE Secretário-geral DO PARTIDO. QUALQUER POLITICO SÉRIO O FARIA.

TODAVIA A SERIEDADE POLITICA NÃO SE ENCAIXA MUITO BEM, NESTE HOMEM, ONDE A VONTADE DE ATINGIR O PODER SE SOBREPÕE ÀS MAIS ELEMENTARES REGRAS DA DIGNIDADE

*Clay
dos
Cados*

HUMANA E DOS PRINCIPIOS MAIS BÁSICOS DA NOSSA DEMOCRACIA. QUEM NÃO SE RECORDA DE TODOS OS TROCADILHOS USADOS POR ANTONIO COSTA NA ÚLTIMA CAMPANHA ELEITORAL, COM VIRAGENS À DIREITA, E VIRAGENS À ESQUERDA, ALGUMAS ATÉ PROFERIDAS NO MESMO DIA, EMBORA EM LOCAIS DIFERENTES. CEDO O POVO PORTUGUÊS SE APERCEBEU DESTAS FALSAS TRAPALHADAS, E PROVA DISSO, FORAM AS SONDAgens, QUE DUMA QUASE MAIORIA ABSOLUTA A CINCO OU 6 MESES DAS ELEIÇÕES, SE TRANSFORMARAM NO DIA QUATRO DE OUTUBROS NUMA PESADA E VERGONHOSA DERROTA PARA ANTONIO COSTA E SEUS SEGUIDORES. O ALQUEM QUE PARECIA UM VERDADEIRO LIDER TRANSFORMOU-SE DE REPENTE NUMA MIRAGEM, NUMA PESSOA EQUIDISTANTE DOS PORTUGUESES, QUE ENTRE A VERDADE E A MENTIRA, OPTARAM EM ELEIÇÕES LIVRES, INDEPENDENTEMENTE DE QUATRO ANOS DE AUSTERIDADE, PELA VERDADE.

SÓZINHO, VERGADO AO SABOR DE UMA DERROTA QUE JAMAIS LHE TINHA PASSADO PELA CABEÇA, COMEÇOU A PARTIR DAÍ, A ENGENDRAR A MELHOR FORMA POLITICA DO SEU NOME FICAR NA HISTORIA, NEM QUE FOSSE PELOS MAIS BAIXOS MÉTODOS QUE A DEMOCRACIA PORTUGUESA, NOS SEUS QUARENTA E UM ANOS, NUNCA TINHA PASSADO.

PESEM AS OFENSAS E AS DIFERENÇAS MANIFESTADAS PELOS TRÊS PARTIDOS DE ESQUERDA, DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL, ANTÓNIO COSTA ABRE OS OLHOS, E DE REPENTE VÊ UMA LUZ AO FUNDO DO TÚNEL. NUM ATO DE ABSOLUTA SOBREVIVÊNCIA POLITICA, ESQUECENDO-SE COBARDEMENTE DO QUE TINHA DITO, AFIRMADO E REAFIRMADO NA CAMPANHA ELEITORAL E NO SEU PRÓRIO PROGRAMA DE GOVERNO COM QUE SE TINHA APRESENTADO AOS PORTUGUESES, COMEÇA A DESENHAR UMA SANTA ALIANÇA COM O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, E O BLOCO DE ESQUERDA. ESTOU PURAMENTE CONVICTO, DE QUE

PARA SER Primeiro-ministro, E SE EXISTESSE EM PORTUGAL UM PARTIDO DE EXTREMA DIREITA, DE IDEAIS FACISTAS, QUE LHE FIZESSE FALTA A ANTONIO COSTA E SEUS PARES PARA TER UMA MAIORIA ABSOLUTA, NÃO REGEITARIA TAL ALIANÇA. DESTE HOMEM QUE CONSIDERO POUCO TALHADO PARA SERVIR OS SUPERIORES INTERESSES DE PORTUGAL, TUDO É POSSÍVEL.

COM DUAS MULETAS À ESQUERDA, ESTE COXO GOVERNO QUE SE AVIZINHA, VAI TER UM FIM, PARA BEM DE PORTUGAL E DOS PORTUGUESES. A INCLINAÇÃO COMEÇA A SER GRANDE PARA A ESQUERDA, O EQUILIBRIO VAI-SE PERDENDO, CAEM OS DOIS E ANTÓNIO COSTA NUNCA MAIS SE ENDIREITA. IRÁ PARA A HISTORIA COMO UM SIMPLES POLITICO QUE PASSOU PELA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, QUE TRAIU CAMARADAS DE PARTIDO, A PROPRIA HISTÓRIA DO PARTIDO SOCIALISTA, E SOBRETUDO E PRINCILPAMENTE PORTUGAL E OS PORTUGUESES. A AMBIÇÃO, A GÂNÂNCA E A TRAIÇÃO, TÊM SEMPRE O MESMO FIM. MIGUEL DE VASCONCELOS NÃO FARIA MELHOR.

JÁ AGORA APROVEITAVA O MOMENTO PARA QUE CADA UM DE NÓS, NO PRÓXIMO DIA 25, FAÇA A SEGUINTE REFLEXÃO –

“ O 25 de Abril deu-nos a liberdade – o 25 de Novembro confirmou-a, depois de derrubadas forças totalitárias, que PODERÃO APARECER NOVAMENTE aparentemente desfigurados, mas com INTENSÕESEMELHENTAS ÀS DE 1975”. Temos de estar atentos.

Dar os meus parabéns ao PCP, à futura primeira ministra de Portugal – Catarina Martins, e os meus sentidos pêsames ao PS, pela lenta agonia por que vai passar se for para governo, até à morte já anunciada.

Abílio Rodrigues dos Santos

Abílio
Rodrigues
dos Santos



anexos

*Cláudio
Cardoso*

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Deputados, Senhores Vereadores,
Comunicação Social

A questão das obras de beneficiação do Estádio João Cardoso e todos os acessos envolventes, é uma questão sensível aos diversos agentes do território, e foi o mote de uma profunda discussão nesta Assembleia Municipal, ficando perfeitamente dirimido os opositores e os apoiantes desta intervenção.

Chegados a este ponto, e porque a Câmara Municipal por unanimidade e a Assembleia por larga maioria, apoiaram o melhoramento deste equipamento de modo a, e convém sublinhar, criar as condições mínimas exigidas pela Liga Portuguesa à prática de futebol profissional da Liga Nós no nosso concelho, importa tecer algumas condições sobre acontecimentos recentes acerca deste assunto.

Relembrar ainda que foi autorizada a contração de empréstimo para este efeito, e que tal dependia de visto do Tribunal de Contas.



*João
Cardoso*

Como é sabido por todos, o referido órgão judicial recusou o visto ao contrato do empréstimo com base em premissas contratuais que se prendem com o facto de o Presidente da Câmara Municipal ser simultaneamente responsável pela mesa da assembleia geral do clube.

Face a esta decisão, o Partido Social Democrata vem reiterar o seu apoio a esta intervenção, na medida que em consideramos ser estratégico para o Concelho de Tondela a realização de jogos do principal escalão de futebol profissional no nosso território.

É para nós impensável que nenhum jogo da época 2015 e 2016 não se realizasse no João Cardoso.

Congratulamo-nos com o esclarecimento cabal dado pelo Senhor Presidente da Câmara acerca das questões de financiamento, explicando que o Município dispõe de receitas próprias para a concretização do investimento, sem colocar em causa nenhum projeto do orçamento de 2016 e que vai ser discutido hoje na ordem do dia.

Acreditamos na capacidade e na ponderação do executivo para prosseguir com esta obra, cabendo a eles a gestão acerca da interposição de recurso ou não, pois sua sensatez e preocupação com a causa pública culminarão, com certeza, na melhor decisão para o nosso território.



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Deputados, Senhores Vereadores,
Comunicação Social,

Vou começar a intervenção com um simples exercício de memória, e porque até eu própria começo a ter algumas dificuldades com questões numéricas, talvez exercitando mais chegue a uma conclusão diferente, mas, e de acordo com todas as variáveis, no dia 4 de Outubro a Coligação Portugal à Frente obteve quase 37% dos votos, e o Partido Socialista cerca de 32%.

Recuperando a expressão que utilizei na última assembleia municipal, parece que o Dr. António Costa perdeu as eleições por pouquinho.

E é no pouquinho que se despoleta toda a confusão!

Tenho que ser sincera, talvez seja mera semântica, e facto é que não estudei ~~de acordo~~ com o novo acordo ortográfico, não sei ^{se} a forma verbal que antecede o pouquinho mudou de definição, porque em Maio ganhou por pouquinho, agora perdeu por pouquinho, e ao que parece o sentido dos verbos se alterou em poucos meses.



Carlos
Carde
Carde

Talvez ¹ não tenho acompanhado de perto as alterações à gramática e à língua portuguesa.

Uma certeza tenho, é que: sentido de estado, responsabilidade, estabilidade e respeito pelos resultados eleitorais saíram do léxico da esquerda radical portuguesa.

Não sei o que causou este fenómeno, mas penso que já foi feito um contacto direto com as empresas que produzem dicionários, para que eles incluam novamente estes vocábulos nas suas edições.

Enquanto não saem as atualizações dos dicionários, e estas palavras não voltam a integrar a língua portuguesa temos que aguardar com serenidade.

Aguardar com a serenidade de quem tem o sentimento de dever cumprido.

Aguardar com ^o serenidade o desenlace deste imbróglio parlamentar que permite maiorias sem legitimação popular.

Aguardar com serenidade por um radicalismo obcecado pelo poder, baseado numa mixelânea de acordos, onde todos estão e não está ninguém, onde uns estão com os pés dentro, outros ficam à porta.



*Cláudio
P. Carlos*

Aguardar com serenidade o desenrolar dos pergaminhos, onde já se ouve e sente, aquele bafio bolarento tão característico do Prec, “abaixo a exploração do capital”, “temos que renegociar a dívida”, “cumprimento do tratado orçamental, jamais”...

Aguardar com serenidade o silêncio ensurdecedor sobre o *garante &* Orçamento de Estado para 2016.

Mas Senhores Deputados, Pedro Passos Coelho não abandona o nosso país!

Lutaremos no parlamento contra este definhar de um líder e de um partido, que na busca desenfreada por poder e protagonismo, arrasa com um marco da história democrática portuguesa, subjugando todos os socialistas a um radicalismo obsoleto e inconsequente.

Uma senhora de 82 anos dizia-me há poucos dias que não estava nada surpreendida, que AD já tinha sido alvo de um atentado que culminou com a morte de Francisco Sá Carneiro, e que este era um segundo atentado...

Oxalá este não represente a morte pré-anunciada da esquerda moderada no nosso país.

Vera Machado

ANEXO 4



Senhor Presidente da Assembleia municipal

Mesa

Presidente da Câmara Municipal

Deputados Municipais,

Queria deixar aqui uma recomendação à Câmara Municipal, para que no próximo ano pondere a entrega de medalha de mérito municipal ao jovem António Matos Almeida.

Lembrar que este cavaleiro de 34 anos de idade dedicou mais de metade da sua vida ao mundo da equitação.

Começou de forma amadora e hoje atingiu o patamar profissional, consagrando-se Campeão de Portugal na Prova de Obstáculos, prova que se realizou no Campo Grande em Lisboa.

Parece-me que é um desportista talentoso e que difunde de forma prestigiante o nome do nosso Concelho fora de portas.



anexo 5
Handwritten signature and name: Cados

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 16 de novembro de 2015

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal;

Sr. Presidente da Câmara;

Srs. Membros da Assembleia Municipal;

Caros membros desta Assembleia Municipal;

Comunicação Social;

Cidadãos deste concelho:

Começaria por nos associarmos aos dois votos de pesar propostos pelo PS e pelo PSD relativamente aos recentes atentados terroristas em Paris que vitimaram centenas de inocentes.

OS DOIS ENGANOS ELEITORAIS

A política nacional está numa fase muito complexa, interessante e, dizem uns quantos, perigosa. O governo da coligação empossado no dia 30 de outubro teve uma vida curta. Alguns dias apenas. Mas os resultados eleitorais no concelho e no distrito foram muito claros: A coligação Portugal À Frente venceu folgadoamente as eleições legislativas.

Em Viseu, os 51,05% obtidos pela coligação foram suficientes para manter os seis deputados pelos dois partidos. E Tondela deu um contributo muito positivo, tendo alcançado 56,55% dos votos expressos. A esse propósito, gostaria de destacar e elogiar o cabeça de lista da coligação, o Dr. António Leitão Amaro, cidadão do nosso concelho que teve um desempenho excelente. Muito do que foi conseguido deve-se às suas qualidades pessoais que queria aqui relevar.

Mas agora, apesar destes resultados, um governo de esquerda PS/BE/CDU está em construção. **Será um governo de enganos.** Não são conhecidas as concessões que cada partido terá de fazer, mas as minhas esperanças na obtenção de um programa de governo equilibrado, coerente, forte e consistente para quatro anos são muito diminutas. As ideias principais dos programas de cada partido desta nova coligação serão subvertidas ou, mais ingenuamente, maquilhadas. Não sei quem meterá o quê na gaveta, mas cá estaremos para acompanhar os próximos capítulos. O primeiro orçamento não apresentará problemas, mas com as incertezas na europa e no mundo, temo que os orçamentos de 2017 e seguintes serão bem mais complicados. Veremos.

Acad
Fin
cados

Um segundo engano tem a ver com o final da austeridade e a entrada numa fase de despesas descontroladas e de gastos públicos. Tenho a razoabilidade de não pensar que os despesistas (governantes e/ou autarcas) são sempre de esquerda. Não acredito nisso! São vários os exemplos (maus exemplos) de que dirigentes irresponsáveis estão presentes em todos os quadrantes políticos. Por isso ainda tenho a esperança de que os devaneios de Sócrates façam parte de um passado irrepetível, para o bem de Portugal. Veremos o que os próximos dias nos reservam.

DESEMPENHO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO

Anualmente a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas elabora e apresenta o Anuário Financeiro dos municípios portugueses. Nesse documento, é avaliado o desempenho económico e financeiros de todos os municípios que para tal são consultados. Em 2012, o município de Tondela teve um desempenho excelente no critério eficiência financeira entre os municípios de média dimensão. **Nos lugares cimeiros dessa lista.** Recordamo-nos certamente desse facto que foi, e bem, destacado na comunicação social nacional, regional e local.

E hoje como está o município de Tondela nestes indicadores comparativos? Continuará um excelente aluno ou entrou para o grupo dos medianos ou fracos? Pois bem, com grande pena nossa, Tondela não se encontra entre os melhores. Perdeu muitos lugares nestes rankings, não ficando sequer entre os melhores do distrito. No ranking global relativo ao

distrito de Viseu, a ordem dos 5 primeiros era esta: Mortágua, Viseu, Penedono, Penalva e Carregal. E no ranking da eficiência financeira Tondela também não aparece nos 5 primeiros.



Que tristeza! Saímos do grupo dos bons. Que explicações tem o Sr. Presidente para este desempenho medíocre?

E pior ainda, o município entrou no grupo dos alunos cábulas e preguiçosos. Na página 240 do referido Anuário dos Municípios, aparece Tondela como um dos 7 municípios que não” responderam ao prazo médio de pagamentos a 31/12/2014”. Sinto-me envergonhado!

Passados pouco mais de dois anos e assistimos a estas histórias tão desgraçadas. Já no SIADAP passámos de alunos de primeira (estivemos no lote de 10 municípios que avançaram logo no primeiro ano com o SIADAP) para não aplicar o SIADAP em 2015! E ainda faltam quase dois anos para terminarem o mandato!

O PREÇO DA ÁGUA EM TONDELA

Na última assembleia passou-se uma situação muito desagradável. Questionado o Presidente da Câmara sobre quais foram os contributos, as reclamações e sugestões enviadas durante a consulta pública sobre o Regulamento de Fornecimento de Águas da AMPB por parte do município, soubemos que nada fez. **Está em acta para que não haja dúvidas! Caiu assim a máscara ao sr. Presidente da Câmara.** Se já desconfiávamos da sua imparcialidade em situações anteriores, nomeadamente quando convidou uma das partes interessadas para vir falar a esta assembleia, agora clarificou-se ainda mais esta realidade. O Sr. Presidente da Câmara não tem coragem nem força política para enfrentar interesses instalados que penalizam fortemente os nossos munícipes. Os lucros da empresa Águas do Planalto são escandalosos e à custa dos nossos munícipes. Mesmo daqueles que não têm condições para pagar um preço tão elevado.

Por isso pergunto-lhe Sr. Presidente da Câmara: **Como estão os processos de redução dos encargos da água para as famílias e pessoas mais carenciadas? Quantos foram apoiados? De que freguesias? Qual o encargo para o município deste apoio às famílias mais necessitadas?**

Segundo li há alguns dias atrás, haveriam constrangimentos legais para tornar efectiva essa redução. Será verdade? Então o que têm a dizer alguns autarcas do PSD, sobre isto? Então não era o CDS/PP que queria atrasar o processo para as pessoas não beneficiarem dessa redução? E agora que a verdade veio ao de cima, o que têm a dizer? **Um pedido de desculpas ao CDS/PP ficaria bem.**



Senhor Presidente da Assembleia:

Caros deputados:

Estou muito preocupado com o que se está a viver no nosso concelho. **É só trapalhadas, numa geringonça de gestão autárquica que nunca mais encontra um rumo coerente para o nosso território.** As ideias e decisões que sempre foram prosseguidas de desenvolvimento do concelho ao longo de tantos anos estão em causa. Este não é o caminho correto para o desenvolvimento equilibrado do nosso concelho. As aldeias e os lugares mais pequenos e distantes da cidade estão deixados ao abandono por este executivo. Nunca a tal havia assistido em anteriores mandatos. E nem os senhores presidentes de junta haviam vivido algo semelhante em mandatos anteriores. Olhem que o orçamento de 2017, onde estará prometido tudo a todos por causa das eleições, não chegará para tapar os olhos às populações. **Elas têm memória dos dois mandatos anteriores onde houve obra e investimento por TODO o concelho** e não apenas por alguns mais afortunados.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP

Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 19 de setembro a 13 de novembro 2015)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Após a última Assembleia Municipal, no dia 21 de setembro, realizaram-se diversas reuniões e ações, das quais se salientam as seguintes:

- com responsáveis das empresas Securitas, Sportrelva, Águas do Planalto, Cotefis (3 reuniões), Amadeu Gonçalves Cura, Orbisource, Irmãos Almeida Cabral, SJE, Civibérica, Rosas Construtores, Qbeiras, Gialmar, Santader Totta, Floponor, Ferrovia;
- com os Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia de Vilar de Besteiros / Mosteiro de Fráguas, S. Miguel do Outeiro / Sabugosa, Canas de Santa Maria;
- com responsáveis da CCDRC;
- participação na formação no Instituto de Gestão e Administração Pública;
- no Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão-Lafões;
- visitas de trabalho à Zona de Lazer do Tourigo na companhia de técnicos da empresa da empresa ITCONS e do Presidente da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros/Tourigo; à Zona Industrial de Vilar de Besteiros; a Campo de Besteiros (localização do futuro Espaço do Cidadão);
- com responsáveis da CIM Viseu Dão-Lafões;
- com os professores que desenvolvem as Atividades de Enriquecimento Curricular no concelho de Tondela no ano letivo de 2015/2016;
- com responsáveis da Associação Radical de Tondela;
- com responsáveis da ADICES;
- participação na Mesa Redonda para Dirigentes Provinciais/ Regionais ou Municipais da China e dos Países de Língua Portuguesa, no âmbito do Fórum Internacional de Macau, com o objetivo de promover o território e captar investimento estrangeiro, a convite da Direção Geral das Atividades Económicas, enquadrada no Ministério da Economia;

- no Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão;
- com proprietários de terrenos da Circular Externa de Tondela;
- com responsáveis da ARS Centro;
- com os líderes dos partidos – Partido Socialista, CDS e CDU - que tendo presença na Assembleia Municipal, não têm funções executivas, tendo por objetivo apresentar as linhas estruturais do Plano de Atividade e Orçamento para o ano de 2016, no quadro da Lei nº 24/98 de 26 de maio, e observando o princípio constitucional do direito da oposição democrática;
- com responsável da USCP de Tondela, Dr^a Conceição Vidigal;
- com responsáveis da CIM Viseu Dão-Lafões e da Agência para a Modernização Administrativa no quadro da criação da “Loja do Cidadão”;
- com representantes da Câmara de comércio Luso-Alemã, no âmbito da captação de investimento estrangeiro;
- com responsáveis da empresa “Infraestruturas de Portugal” e Presidente da União de Freguesias de Mouraz / Vila Nova da Rainha;
- com responsável da Cooperativa Vários;
- com responsáveis do Ministério da Agricultura;
- com responsáveis do IAPMEI;
- com o diretor da USCP de Tondela e o Presidente da União de Freguesias de Caparrosa / Silvares;
- Com Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia do concelho para apresentação das linhas estruturais do Plano de Atividade e Orçamento para o ano de 2016;
- com responsáveis da União Geral de Trabalhadores, no quadro do Acordo Coletivo de Trabalho para o estabelecimento das 35 horas semanais de trabalho na Câmara Municipal de Tondela;
- no Conselho Municipal de Educação;
- na Assembleia Geral da Cooperativa Vários;
- no encontro com a comunicação social local.

- Mesa Redonda para Dirigentes Provinciais/ Regionais ou Municipais da China e dos Países de Língua Portuguesa, no âmbito do Fórum Internacional de Macau, com o objetivo de promover o território e captar investimento estrangeiro

De 19 a 24, o Presidente do Município participou na mesa Redonda para Dirigentes Provinciais/ Regionais ou Municipais da China e dos Países de Língua Portuguesa, no âmbito do Fórum Internacional de Macau, com o objetivo de promover o território e captar investimento estrangeiro.

Assim, estiveram representados elementos dos países de língua oficial portuguesa que tiveram a oportunidade de apresentar a região e/ou Município e os respetivos instrumentos de atração de investimento, em particular no que respeita aos apoios municipais, incentivos fiscais municipais e nacionais e os benefícios decorrentes do quadro comunitário Portugal 2020, nomeadamente os que respeitam aos territórios de baixa densidade.

No caso específico de Tondela, foram também explanadas as parcerias estabelecidas com os centros de investigação e desenvolvimento, nomeadamente as instituições públicas de ensino superior e que colocam este território numa rede de cooperação e proximidade nos domínios científicos e tecnológicos, potenciando um ambiente empreendedor e um núcleo propício para germinarem viveiros de projetos, capazes de fixarem a população mais qualificada.

Por fim, ressaltam-se os contactos estabelecidos e que nos permitirão estabelecer pontes com o Instituto Politécnico de Macau e com a plataforma MyPortugalUP (que congrega marcas, empresas portuguesas e organiza roteiros turísticos em Portugal destinados a clientes chineses), de forma a promover as potencialidades do concelho, em particular nos setores do empreendedorismo, desenvolvimento económico e turismo.

- Aplicação do regime das 35 horas semanais de trabalho

O executivo camarário reuniu, no dia 11 de novembro, com o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, afeto à União Geral de Trabalhadores (UGT), de forma a proceder às alterações necessárias ao Acordo Coletivo de Empregador Público para que seja implementado o regime das 35 horas semanais de trabalho no Município de Tondela.

Este acordo e a alteração que dele advém não porá em risco o normal e bom funcionamento dos serviços prestados, sendo, para tal, efetuados os necessários ajustamentos.

- Projeto Piloto Iluminação com Leds

Freguesias: Tonda (Lugar de St Amaro), Molelos (R. do Cemitério e R. do Fojo), Dardavaz (lugar de Dardavaz, R. da Escola – Outeiro de Baixo, R. da Igreja – Outeiro de Cima, R. da Portela - Alvarim), Lobão da Beira (Bairro do Casal e Largo da Ponte) e Barreiro de Besteiros (R. de S. João – Corveira)

Custo de indemnização à EDP pela substituição das lâmpadas de vapor a sódio será fator a ter em conta, uma vez que estes custos poderão ser bastante superiores à atual faturação, ou seja, a substituição das lâmpadas atuais por lâmpadas LED implicará um processo indemnizatório à EDP, cujo impacto financeiro é de avaliar. O mesmo não se passa na substituição das lâmpadas com mercúrio. Nestes casos não haverá lugar a indemnização.

O projeto piloto irá contribuir para um estudo económico-financeiro que permita aferir as vantagens da substituição da iluminação nos moldes atuais por lâmpadas LED.

- Iluminação Pública

Foi solicitado às Juntas / Uniões de Freguesia do concelho o levantamento das situações que poderão ser alvo de reavaliação no que respeita à iluminação pública. O objetivo é considerar situações que, resultantes de alterações recentes nas freguesias (novas construções, habitações entretanto desabitadas, etc.) e depois de uma análise cuidada e ponderada por parte dos autarcas locais, possam ir a ser consideradas neste processo de reavaliação, em que, sempre que possível, deve ser considerado o regime de permuta entre iluminárias.

No quadro do projeto de substituição da iluminação atual por LED, as lâmpadas substituídas irão ser maioritariamente utilizadas para substituir algumas das 8000 lâmpadas a mercúrio que se estima ainda existirem pelo nosso concelho.

- Ampliação / beneficiação das zonas industriais

Enquadrada numa visão sustentada e de futuro, e consciente das oportunidades e condições favoráveis ao investimento que este território oferece, o Município pretende realizar trabalhos de ampliação das Zonas Industriais Municipais. Na verdade, têm sido estabelecidos contactos que nos permitem antever que o nosso concelho mantém-se competitivo na atratividade empresarial, pelo que temos o dever de saber antecipar as oportunidades, realizando investimentos estruturantes e criando as melhores condições para as podermos acolher e potenciar.

Assim, pretendemos executar trabalhos de ampliação da ZIM de Tondela, dando-lhe uma nova centralidade, com novos acessos e com a disponibilidade de novos lotes.

Na Zona Industrial de Vilar de Besteiros o Município já se encontra a realizar trabalhos de beneficiação dotando, assim, esta área empresarial de melhores condições ao nível das infraestruturas rodoviárias e de circulação. Estão a ser executadas obras de pavimentação nos passeios adjacentes à zona industrial e trabalhos de reparação betuminosa em locais degradados e pavimentação de troços de arruamento que se encontram em terra batida.

Estas intervenções permitirão assegurar melhores acessos a esta zona industrial e com maior segurança, para além de permitirem uma maior longevidade a todas as infraestruturas já existentes.

Com o planeamento desta estratégia e a execução destes investimentos o Município de Tondela dá mais um sinal da sua forte aposta na criação de condições favoráveis à atração de investimento para o nosso concelho, para a criação de emprego, para a competitividade e, conseqüentemente para a geração de riqueza e maior potencial económico.

- Criação de Unidades de Saúde Familiar no concelho

Numa estratégia de trabalho colaborativo e discreto com as entidades regionais, distritais e locais de saúde, temos desenvolvido contactos que permitam a definição de respostas às necessidades da população do nosso concelho no âmbito dos cuidados de saúde.

Assim, prevê-se que num futuro próximo sejam constituídas Unidades de Saúde Familiar em Canas de Santa Maria, Tondela e Campo de Besteiros que, dadas as suas características organizacionais, de funcionamento e objetivos, acreditamos possam vir a contribuir para uma maior estabilidade no número de profissionais afetos a estas unidades e no acesso à rede de cuidados primários, fator essencial para a qualidade de vida e bem-estar das nossas populações.

Situação Financeira do Município de Tondela

INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 09 de novembro de 2015.

1 – RECEITA

1.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: 01-01-2015 a 09-11-2015

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (85,75%)	PESO DA EXECUÇÃO NA RECEITA TOTAL
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=[(2)/(1)]*100%	(4)=(3)-85,75%	
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4 659 714,00	3 845 115,02	82,52%	-3,23%	21,14%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	106 227,00	74 123,63	69,78%	-15,97%	0,41%
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	221 785,00	184 695,35	83,28%	-2,47%	1,02%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 057 950,00	965 146,84	91,23%	5,48%	5,31%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10 033 292,47	8 001 654,18	79,75%	-6,00%	44,00%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 440 500,00	1 137 483,72	78,96%	-6,79%	6,25%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	68 850,00	53 854,12	78,22%	-7,53%	0,30%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	600,00	421,80	70,30%	-15,45%	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6 826 410,38	1 636 320,95	23,97%	-61,78%	9,00%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	2 144 691,32	144 691,32	6,75%	-79,00%	0,80%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	111 950,00	111 502,26	99,60%	13,85%	0,61%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	74 500,00	60 825,91	81,65%	-4,10%	0,33%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	1 969 858,41	1 969 858,41	100,00%	14,25%	10,83%
TOTAL GERAL		28 716 328,58	18 185 693,51	63,33%	-22,42%	100,00%

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período, uma taxa de execução da receita (63,33%), sendo que o grau de execução esperado para este período (85,75%), apresenta um desvio negativo de 22,42%.

A receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 18.185.693,51€.

Os desvios negativos mais relevantes têm origem no grau de execução das transferências de capital, e dos passivos financeiros, que apresentam um desvio negativo de 61,78%, e 79% respetivamente, face ao esperado.

Mas importa salientar na execução das transferências de capital, que esta é uma análise enviesada, porque o grau de execução padrão não acompanha os cronogramas de execução dos investimentos, ou mesmo de submissão de despesa que dão origem a estas receitas.

É também relevante mencionar que o desvio dos passivos financeiros, tem origem na introdução do valor do empréstimo contratado, e que foi remetido ao Tribunal de Contas para submissão a Visto.

1.2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA POR COMPARAÇÃO COM O PERÍODO HOMÓLOGO

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	RECEITA COBRADA BRUTA (entre 01-01-2014 E 09-11-2014)	RECEITA COBRADA BRUTA (entre 01-01-2015 E 09-11-2015)	VARIAÇÃO
01	IMPOSTOS DIRETOS	3 908 812,35	3 845 115,02	-63 697,33
02	IMPOSTOS INDIRETOS	67 829,33	74 123,63	6 294,30
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	154 959,34	184 695,35	29 736,01
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	21 552,41	965 146,84	943 594,43
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9 579 576,48	8 001 654,18	-1 577 922,30
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	317 435,38	1 137 483,72	820 048,34
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	54 430,69	53 854,12	-576,57
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	297,20	421,80	124,60
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 830 503,15	1 636 320,95	-1 194 182,20
12	PASSIVOS FINANCEIROS	,00	144 691,32	144 691,32
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	28 318,77	111 502,26	83 183,49
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	36 250,12	60 825,91	24 575,79
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	1 381 324,13	1 969 858,41	588 534,28
TOTAL		18 381 289,35	18 185 693,51	-195 595,84

Da análise do quadro acima, é possível concluir que, globalmente, ao nível de execução da receita, no período em análise, quando comparado com registado no período homólogo, o valor que apresenta a maior diferença são as transferências de capital, mas a este nível importa salientar que, a esta data, estão submetidos e não recebidos mais de 800.000€.

Mantém-se a variação na prestação de serviços, rendimentos de propriedade, e das transferências correntes, conseqüente à alteração efetuada em sede de orçamento, no que concerne à classificação da cobrança dos resíduos sólidos e saneamento efetuados pelas Águas do Planalto, bem como, as rendas de concessão referentes a energia, quer elétrica, quer eólica.

2 – DESPESA

2.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2015 a 09-11-2015

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (85,75%)
Despesas Correntes		14 698 454,77	11 357 524,66	77,27%	-8,48%
01	Despesas com Pessoal	4 641 180,00	3 939 891,61	84,89%	-0,86%
02	Aquisição de Bens e Serviços	6 798 982,77	5 100 473,77	75,02%	-10,73%
03	Juros Outros Encargos	29 399,00	6 246,77	21,25%	-64,50%
04	Transferências Correntes	3 077 754,00	2 190 008,43	71,16%	-14,59%
06	Outras Despesas Correntes	151 139,00	120 904,08	80,00%	-5,75%
Despesas de Capital		14 017 873,81	5 352 202,96	38,18%	-47,57%
07	Aquisição de Bens de Capital	11 739 318,09	3 801 214,59	32,38%	-53,37%
08	Transferências de Capital	898 063,72	524 637,18	58,42%	-27,33%
09	Activos Financeiros	144 750,00	72 375,00	50,00%	-35,75%
10	Passivos Financeiros	1 180 741,00	953 976,19	80,79%	-4,96%
11	Outras Despesas de Capital	55 001,00	0,00	-	
TOTAL		28 716 328,58	16 709 727,62	58,19%	-27,56%

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período, uma taxa de execução da despesa corrente de (77,27%) relativamente próxima do grau de execução esperado (85,75%), ou seja, com um desvio negativo de (8,48%). Por outro lado, regista uma taxa de execução da despesa de capital de (38,18%), o que representa um desvio negativo de (47,57%).

Tal como em anos anteriores, é importante referir-se que o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, ainda pode gerar dados enviesados, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano. De salientar, na aquisição de bens de capital, a inclusão da obra “Requalificação/Ampliação do Estádio João Cardoso” com um valor de 2.000.000€, que ainda não foi objeto faturação e da obra “Execução de Rede de Água e Rede de Esgotos ao Caramulo”, com um valor a rondar os 900.000,00€ a ser objeto de rescisão do contrato, por incumprimento do empreiteiro.

2.2 – EVOLUÇÃO DA DESPESA POR COMPARAÇÃO COM O PERÍODO HOMÓLOGO

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DESPESA PAGA 2015	DESPESA PAGA 2014	Variação
AGRUP.	Despesas Correntes	11 357 524,66	11 244 601,07	112 923,59
01	Despesas com Pessoal	3 939 891,61	3 936 458,52	3 433,09
02	Aquisição de Bens e Serviços	5 100 473,77	4 533 276,59	567 197,18
03	Juros Outros Encargos	6 246,77	63 253,06	-57 006,29
04	Transferências Correntes	2 190 008,43	2 430 515,33	-240 506,90
06	Outras Despesas Correntes	120 904,08	281 097,57	-160 193,49
	Despesas de Capital	5 352 202,96	6 185 076,88	-832 873,92
07	Aquisição de Bens de Capital	3 801 214,59	4 301 080,99	-499 866,40
08	Transferências de Capital	524 637,18	616 505,06	-91 867,88
09	Activos Financeiros	72 375,00	0,00	-
10	Passivos Financeiros	953 976,19	1 182 477,37	-228 501,18
11	Outras Despesas Capital	0,00	85 013,46	-
	TOTAL DA DESPESA	16 709 727,62	17 429 677,95	-719 950,33

Da análise do quadro acima, podemos verificar que a despesa paga pelo Município, diminuiu ligeiramente, quando comparada com o período homólogo.

No que concerne à despesa paga, é ainda de referir que à data de análise, o Município de Tondela, se mantém, a efetuar **pagamentos a fornecedores a 30 dias**.

Devemos também referenciar que os pagamentos em atraso, dívida com mais de 365 dias, 32.849,28 €, se mantém face ao período homólogo do ano anterior, sendo que,

importa esclarecer que são situações que estão a ser resolvidas administrativamente, uma vez que na sua quase totalidade se referem a empresas em insolvência.

2.3 – EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
AGRUP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%
Despesas Correntes		14 698 454,77	14 002 935,13	95,27%
01	Despesas com Pessoal	4 641 180,00	4 582 649,31	98,74%
02	Aquisição de Bens e Serviços	6 798 982,77	6 351 620,15	93,42%
03	Juros Outros Encargos	29 399,00	18 596,64	63,26%
04	Transferências Correntes	3 077 754,00	2 907 168,77	94,46%
06	Outras Despesas Correntes	151 139,00	142 900,26	94,55%
Despesas de Capital		14 017 873,81	9 849 411,68	70,26%
07	Aquisição de Bens de Capital	11 739 318,09	7 765 432,93	66,15%
08	Transferências de Capital	898 063,72	739 509,22	82,34%
09	Activos Financeiros	144 750,00	144 750,00	100,00%
10	Passivos Financeiros	1 180 741,00	1 152 122,23	97,58%
11	Outras Despesas de Capital	55 001,00	47 597,30	86,54%
TOTAL		28 716 328,58	23 852 346,81	83,06%

Através da análise do quadro acima podemos verificar que, já comprometemos (83,06%) da dotação do orçamento do Município, o que representa 23.852.346,81€, em termos absolutos.

2.4 - COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e n.º 4.º do artigo 16.º ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo.10.º da Norma de Execução Orçamental dos documentos previsionais de 2015, na reunião do dia 17 de novembro de 2014, uma autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, aprovados na mesma data;

Os novos encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não ultrapasse os três anos;

Ainda nos termos da referida autorização prévia genérica, a Câmara Municipal deverá apresentar à Assembleia Municipal uma listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da mesma.

Assim, apresenta-se no quadro a seguir os compromissos plurianuais, desta natureza, assumidos até à data de reporte do presente relatório, ou seja, 09-11-2015.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 15/09/2015 A 09/11/2015				
<small>(Ao abrigo da autorização prévia concedida em 17/01/2014 pela Assembleia Municipal)</small>				
Descrição sumária do compromisso plurianual	2016	2017	2018	Seguintes
Aluguer da Plataforma Eletrónica	861,00	861,00	0	0
Protocolo de Colaboração CIMVDL-“Aquisição de serviços para elaboração do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes”	22 348,24	0	0	0
Protocolo de Colaboração CIMVDL-“Empreendedorismo nas Escolas Região Viseu Dão Lafões”	7 073,85	0	0	0
Protocolo de Colaboração no âmbito dos Transportes Escolares-EB 2,3 Prof. Dr. Mota Pinto	25 440,00	0	0	0
Protocolo de Colaboração – AEFT - “Programa Natação para Todos”	43 925,00	0	0	0
Protocolo de Colaboração –CDT - “Classes de Formação Época desportiva 2015/2016”	75 000,00	0	0	0
Amortizações de Capital – Empréstimo Contraído	200 000,00	200 000,00	200 000,00	1 400 000,00
Juros – Empréstimo Contraído	21 976,50	19 722,50	17 648,50	59 167,50
Prestação de Serviços – Revisores Oficiais de Contas	12 792,00	3 198,00	0	0
Prestação de Serviços – VPNCC – Redes Privadas de Voz com Controlo de Custos	18 450,00	15 375,00	0	0

3. Conclusão

Podemos, desta análise concluir que os indicadores da receita e da despesa se encontram em linha de convergência com o esperado, embora com alguns desvios face ao padrão, tendo em conta que, se orçamenta para um ano completo e que os desvios padrão, não consideram os prazos em que as receitas e despesas devem acontecer.



anexo 80
1
José
Bris
Cados

**GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA**

REQUERIMENTO

O Grupo Parlamentar do PS requer, através da Direção de A.M.T., e a conceder pelos ATRPB, uma cópia dos documentos do concurso público sobre a concessão do abastecimento de águas, e que foi lançado antes do contrato de 1997, e que assegure a concessão à empresa "Águas do Planalto".

PELO G.P. DO PS. - 16. Novembro. 2015



anexo 9
João Cardoso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 16 de novembro de 2015

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Grupo Parlamentar do CDS/PP na Assembleia Municipal de Tondela vota favoravelmente o empréstimo de 2 milhões de euros proposto pelo executivo autárquico.

Porém, quer deixar vincados os seguintes pontos:

1 – Só vota favoravelmente o empréstimo de montante equivalente ao anteriormente proposto para a requalificação do Estádio João Cardoso, isto é, 2 milhões de euros. Tal como sempre afirmámos, o CDS/PP defende a criação de condições dignas para a participação do CDT na Primeira Liga de futebol, desde que:

- O apoio à construção da nova infraestrutura desportiva não comprometa o investimento noutras áreas e noutros locais do nosso concelho, deixando para trás prioridades bem mais importantes para a melhoria das condições de vida das nossas populações;
- Sejam efectuadas todas as diligências e procedimentos administrativos para que as obras consigam estar concluídas de forma a receber no nosso concelho os jogos com o SLBenfica e com o FCPorto (Não cumprido);
- Sejam encetadas as negociações com a Liga Portuguesa de Futebol para evitar aumentar a capacidade da bancada (actualmente cerca de 2600 lugares) pois esta é uma intenção desnecessária e muito cara, e que não está a ser seguida pelo União da Madeira. Tem um estádio aprovado pela Liga com 2500 lugares (Não cumprido);
- Seja estabelecido um acordo parassocial com a Direcção do CDT para, que independentemente da manutenção na primeira liga, o clube se mantenha em competição pelo menos durante 5 anos. São muitos os exemplos (maus exemplos) de clubes que após andarem pela primeira liga, acabam por terminar a sua actividade. Não queremos que o mesmo se passe em Tondela.

2 – O empréstimo agora aprovado terá como fim suportar financeiramente as obras referidas pelo senhor presidente da Câmara na Assembleia Municipal de 16 de novembro.

3 – Caso pretenda contrair novo empréstimo ou aumentar o montante total dos actuais 2 milhões para um valor superior, deverá sujeitar a sua aprovação e discussão a esta Assembleia Municipal.



O Grupo Parlamentar do CDS/PP